



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 143

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 1986

CONGRESSO NACIONAL

(*) PARECERES

Da Comissão Mista de Orçamento sobre o Projeto de Lei nº 2, de 1986-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos da União para o triênio 1987/89.

(*) Serão publicados no Suplemento "A" à presente edição.

(*) PARECERES

Da Comissão Mista de Orçamento sobre o Projeto de Lei nº 3, de 1986-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1987.

(*) Serão publicados no Suplemento "B" à presente edição.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 22ª REUNIÃO, EM 3 DE NOVEMBRO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Comunicação da Presidência

— Inexistência de quorum para abertura da sessão.

1.1.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.2 — ENCERRAMENTO

1.3 — EXPEDIENTE DESPACHADO

1.3.1 — Requerimento

— Nº 507/86, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a prorrogação, por um ano do prazo da Comissão Especial destinada a programar comemoração pela passagem dos centenários da

Proclamação da República e da Primeira Carta Republicana no País.

2 — ATAS DE COMISSÕES

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 22ª Reunião, em 3 de novembro de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Alaor Coutinho

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Luiz Cavalcante — Alaor Coutinho — Arno Damiani.

O SR. PRESIDENTE (Alaor Coutinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 3 Srs. Senadores. Não há em plenário o quorum regimental para abertura da sessão.

Nos termos do disposto no § 1º do art. 180 do Regimento Interno, o expediente que se encontra sobre a mesa será despachado independentemente de leitura.

A Presidência designa para a Ordem do Dia da sessão ordinária de amanhã:

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

"TRABALHOS DAS COMISSÕES"

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 55 minutos.)

EXPEDIENTE DESPACHADO NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO

REQUERIMENTO

Nº 507, de 1986

Nos termos do art. 77, § 1º, do Regimento Interno, requero a prorrogação, por um ano, do prazo da Comissão Especial destinada a programar comemoração pela passagem dos centenários da Proclamação da República e da Primeira Carta Republicana no País.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 1986. — **Lourival Baptista.**

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

15ª Reunião, Extraordinária, realizada em
15 de outubro de 1986

Às dezenove horas e quinze minutos, do dia quinze de outubro de mil novecentos e oitenta e seis, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Cid Sampaio, Presidente, com a presença dos Senhores Senadores Saldanha Derzi, Alair Coutinho, Afonso Sancho, Mata-Machado, Nelson Carneiro, Lourival Baptista, Amaral Peixoto e Moacyr Duarte, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Relações Exteriores. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Severo Gomes, Fábio Lucena, Maurício Leite, Alexandre Costa, Aloysio Chaves e Albano Franco. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, comunica que a reunião destina-se à votação das matérias constantes da pauta, conforme decidido hoje em reunião ordinária da Comissão, realizada às onze horas. Dessa forma, determina que a reunião torne-se secreta para o procedimento da votação das seguintes Mensagens Presidenciais: nº 454, de 1986 (nº 633, de 8-10-86, na origem), submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Senhor Octávio Rainho da Silva Neves, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Índia. Relator: Senador Lourival Baptista; e nº 457, de 1986 (nº 637, de 13-10-86, na origem), submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Senhor Marclio Marques Moreira, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América. Relator: Senador Albano Franco, redistribuído ao Senhor Senador Lourival

Baptista. Reaberta a sessão em caráter público e, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Senadores e declara encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Olimpia Jiménez de Almeida, Assistente da Comissão, *ad-hoc*, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — **Cid Sampaio, Presidente.**

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

4ª Reunião, Extraordinária, realizada em
7 de maio de 1986.

Às dez horas do dia sete de maio de mil novecentos e oitenta e seis, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Alberto Silva e com a presença dos Senhores Senadores Gabriel Hermes, Jaison Barreto, Nivaldo Machado e Jorge Kalume, reúne-se a Comissão de Legislação Social. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Helvídio Nunes, Moacyr Dalla e Henrique Santillo. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir são apreciadas as seguintes matérias: 1. "Mensagem nº 66, de 1986, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Senado, proposta do Senhor Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, pleito da Companhia Vale do Rio Doce, referente a concessão de direito real de uso de uma gleba denominada "Serra dos Carajás", com cerca de 411.948,87 ha". Relator: Senador Gabriel Hermes. Parecer: Favorável na forma do PRS que apresenta. Aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Presidente convoca o Senhor Senador Gabriel Hermes para assumir a Presidência, para que ele possa relatar o item 2 da pauta. 2. Projeto de Lei da Câmara nº 128/85, que "Dispõe sobre o salário profissional do jornalista". Relator: Senador Alberto Silva. Parecer: Favorável. Aprovado por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente devolve à Presidência ao Senhor Senador Alberto Silva, a fim de dar continuidade as matérias em pauta. 3. Projeto de Lei do Senado nº 101/85, que "Altera o dispositivo da Lei nº 3.529, de 13 de janeiro de 1959, que disciplina a aposentadoria especial dos jornalistas profissionais, para o fim de estabelecer que as mulheres, exercentes dessa atividade, possam aposentar-se após vinte e cinco (25) anos de tempo de serviço". Relator: Senador Jaison Barreto. Parecer: Favorável. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Senadores e declara encerrados os trabalhos, determinando que eu, Antônio Carlos Pereira Fonseca, Assistente da Comissão, lavrasse a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada por sua Excelência. — **Senador Alberto Silva.**

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA MAIORIA ACIONÁRIA.

20ª Reunião, realizada em 19 de
novembro de 1985

As nove horas e quarenta minutos do dia dezenove de novembro de mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, presentes os Srs. Senadores Cesar Cals, Presidente; Severo Gomes, Relator; João Calmom, Milton Cabral, Jorge Kalume, Jutahy Magalhães e Roberto Campos, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detenha maioria acionária.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

Havendo número regimental o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e concede a palavra ao Relator, Senador Severo Gomes, que apresenta as seguintes solicitações: primeira, a convocação do Sr. Ministro das Minas e Energia; segunda, a convocação dos Srs. João Carlos Linhares, ex-Diretor de Operações da Vale do Rio Doce; do empresário Antônio Ermírio de Moraes; do Dr. Luiz Antônio Godoy Alves, Presidente da Associação dos Funcionários da Vale do Rio Doce; e Romeu Nascimento Teixeira, Presidente da ALBRÁS. Solicita, ainda, encaminhar ofício à Companhia Vale do Rio Doce requerendo cópias das auditorias realizadas nos escritórios da CVRD no exterior, mais especificamente no antigo escritório de Genebra, assim como cópia dos livros ou registros contábeis relativo aos quatro anos anteriores ao fechamento do citado escritório.

Em seguida, o Sr. Presidente convida o depoente, Dr. Euclides Triches, ex-Vice-Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, a prestar o juramento de praxe.

Com a palavra o depoente discorre sobre a gestão na CVRD e presta importantes esclarecimentos sobre o minério de ferro.

Na fase interpelatória, usam da palavra os Srs. Senadores João Calmom, Milton Cabral, Jorge Kalume, Severo Gomes, Roberto Campos e Jutahy Magalhães.

Concluída a fase de debates o Sr. Presidente agradece o depoimento do Dr. Euclides Triches e convida o Dr. Walter Rocha, ex-Vice-Presidente da Companhia Vale do Rio Doce para tomar assento à mesa e proceder o juramento de praxe.

Com a palavra o depoente discorre sobre o papel do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce.

Na fase interpelatória, usam da palavra os Srs. Senadores Roberto Campos e Severo Gomes na qualidade de Relator.

Finalizando, o Sr. Presidente agradece a presença do Dr. Walter Rocha e determina, em seguida, que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA MAIORIA ACIONÁRIA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 1985, A FIM DE OUVIR OS DEPOIMENTOS DOS SRS. DR. EUCLIDES TRICHES, EX-VICE-PRESIDENTE DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE E O DR. WALTER ROCHA, EX-VICE-PRESIDENTE DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Cesar Cals
Relator: Senador Severo Gomes

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — De acordo com o Regimento Interno havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito das Estatais.

Convido o Dr. Euclides Triches para fazer o seu depoimento.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Presidente, antes, eu tinha duas pequenas questões aqui para tratar. É uma solicitação, para que V. Exª encaminhe ao Plenário, o pedido para que o Ministro das Minas e Energia compareça a esta Comissão.

A segunda, é que eu passo às mãos de V. Exª uma relação de outros depoentes. Trata-se do Dr. João Carlos Linhares, ex-Diretor de Operações da Vale do Rio Doce, que participou, acompanhou de perto as decisões mais importantes da vida e do desenvolvimento da empresa; do empresário Antônio Ermírio de Moraes, que tem seus negócios nessa área e que poderia trazer, também, maiores esclarecimentos; Dr. Luiz Antônio Godói Alves, Presidente da Associação dos Funcionários da Vale do Rio Doce; e Romeu Nascimento Teixeira, Presidente da ALBRÁS, antigo funcionário da Vale. O Dr. Teixeira nos daria elementos valiosos sobre o envolvimento da Vale do Rio Doce no setor do alumínio, particularmente sobre associações com grupos estrangeiros, e atual estágio da ALBRÁS.

Mais ainda, Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª que se dirigisse ao Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, para solicitar cópia das auditorias realizadas nos escritórios e dependências da Vale do Rio Doce, localizadas no exterior, no caso, do antigo escritório de Genebra, e o relatório deverá vir acompanhado por cópia dos livros ou registros contábeis relativos aos quatro anos anteriores ao fechamento daquele escritório.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Convido o Dr. Euclides Triches para, de pé, proferir o juramento.

O SR. EUCLIDES TRICHES — “Juro como dever de consciência dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados e a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a Gestão das Sociedades de Economia Mista, nas quais a União detenha maioria acionária.”

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Dr. Euclides Triches.

O SR. EUCLIDES TRICHES — Sr. Presidente, Sr. Senador Severo Gomes, Srs. Congressistas:

Eu me sinto muito honrado com esse convite que recebi para trazer aqui o meu depoimento nesta Comis-

são Parlamentar de Inquérito, sobre assuntos relacionados com a Companhia Vale do Rio Doce.

Não houve, no convite, uma indagação específica a ser respondida. Por isso, entendo que, como início da minha exposição, eu possa trazer alguns subsídios, considerada a vivência que tive nesta Casa do Congresso Nacional durante os anos em que se debateu aquele assunto da Hanna — MBR; foram anos muito movimentados e os anos de vivência que tenho na Vale do Rio Doce, como membro do Conselho de Administração. Talvez, os dados que eu possa trazer aqui sirvam de subsídio, numa hora em que estamos numa antevéspera da convocação de uma Assembléia Constituinte, que deverá reformular completamente toda a legislação brasileira, não apenas elaborando uma nova Constituição, mas mesmo com todas as leis dela derivadas, quando entrará toda essa parte de minérios.

Não conheço bem o Congresso de hoje, mas, pelo menos aquele do meu tempo, não havia muitas informações sobre esse assunto de minérios. E digo mais, pela experiência que eu colhi em vezes que aqui estive nos últimos anos depondo em Comissões de vários tipos, eu notei que há, da parte de alguns Srs. Congressistas, uma falta de informações sobre esse assunto minérios. Isso é importante que seja sanado, porque, no momento em que se vão estabelecer novas leis da parte de minérios, é muito importante que os Congressistas estejam bem a par do que acontece.

Eu vou me ater ao minério de ferro, que é aquele com o qual lida a Companhia Vale do Rio Doce.

Há uma ilusão sobre esse minério. Por exemplo, é muito comum se ouvir, se ouvia no tempo da discussão do caso da Hanna, da MBR, e se tem ouvido recentemente em Comissões Parlamentares de Inquérito, “mas por que o Brasil não exporta aço, pelo menos em vez de exportar minério? E até maquinária já preparada?”

É natural que esse é o desejo de todos nós.

Outro ponto que se ataca fortemente é o preço pelo qual nós vendemos a tonelada de minério. Houve, até da última vez que aqui estive, creio que há menos de um ano, um ano e pouco, no Senado mesmo, em um Congresso que houve aí, um Senador se levantou e disse que a Vale do Rio Doce estava vendendo o seu minério a troco de bananas lá fora, e houve uma gargalhada geral do Plenário. Tudo isso mostra que, de fato, há um desejo de informações mais precisas sobre o assunto.

Depois de mim, pelo que ouvi da convocação apresentada agora e pelos nomes que já sei que foram chamados, virão homens mais capacitados do que eu, que poderão trazer em mais profundidade informações. Trago aquilo que sei, e até praticamente sem documentos, proque já estou fora da Companhia já há bastante tempo, mas creio que um depoimento que eu possa fazer tenha alguma serventia com ex-congressista que fui.

Em primeiro lugar, vende-se o minério a quem o quer comprar. Este é um princípio básico, e que muita gente não se dá conta. O minério é vendido a quem o quer comprar. Agora se o comprador que quer minério não quer gusa e não quer aço, temos que vender minério mesmo.

Esse ponto que é muito debatido, ele deve valer, principalmente agora que trouxemos ao conhecimento do País, essa fabulosa mina que é a de Carajás, que veio, de fato, abalar toda a estrutura do comércio de minério no mundo. Porque, por mais que se elogie, por mais que se diga da grandiosidade daquilo que lá está, ainda se diz pouco. E há um outro ponto que também muita gente não se dá conta. É que o minério de ferro, e creio que isso se estenda a outros produtos minerais, e aí eu o considero muito importante, ele é abundante no mundo, eu diria quase que demais, e o mercado do minério de ferro não é um mercado do vendedor, é um mercado do comprador.

Quanto mais minas se abrem no mundo mais felizes, mais satisfeitos ficam os compradores, porque mais perde o poder de barganha o vendedor. E este é um ponto que o homem comum brasileiro não aceita, ele considera o minério de ferro e outros produtos minerais uma das riquezas do Brasil, e não entende que se venda isso a não ser por um preço alto, que possa trazer divisas capazes de melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

Mas consideradas as minas da África, da Europa, do Canadá, do Brasil, etc., a oferta de minério no mun-

do é muito forte. E, a meu ver, são todos fatos que falo, assim, a sentimento, não tenho documentos que me digam isso — os compradores já dividiram o mundo e estabeleceram o quanto cada área pode fornecer. Ao Brasil toca uma determinada fatia. Não é rígida, evidentemente não é rígida, ela é uma faixa que, graças ao esforço do grupo de homens de venda da Companhia Vale do Rio Doce e de outras empresas brasileiras exportadoras, conseguimos atingir a parte alta da faixa, não ficamos na parte média nem na baixa, atingimos a parte alta, graças a esse esforço cujo mérito sou o primeiro a reconhecer. Mas os compradores não admitirão que saiamos dessa faixa, proque, para eles, eles não podem pôr em funcionamento uma usina confiando apenas em um fornecedor de minério. Eles querem que haja o máximo de fornecedores de minério, mesmo por que o poder de barganha deles cresce.

Quando, apenas vou citar um exemplo, o Japão resolveu dar o grande salto na siderurgia, ele não podia ficar amarrado à Austrália, recebendo só minério australiano, que é o mais cômodo para ele, está lá próximo ao Japão. Ele veio ao Brasil e aqui houve entendimentos que resultaram na construção do Porto de Tubarão, em Vitória, e passou o Brasil a ser um exportador de minério para o Japão. E assim poderia citar muitos fatos. A verdade é que hoje o mercado é do comprador. Observam os Srs. que se tomarmos os últimos anos, vamos ver que o preço do minério, considerada a inflação do dólar, ele tem se mantido ou até caído um pouco. E é um preço que, a meu ver, não recompensa uma tonelada de minério. Poderíamos tomar a grosso modo, hoje, 20 dólares por tonelada, digamos. Não recompensa, mas por mais que se lute, por mais que se faça, as negociações se arrastam e no fim sai aquilo. E nós quando estávamos na Vale, pelo menos nos dávamos por satisfeitos de conseguir manter o preço do ano anterior. Esse é o mercado mundial.

Dir-se-á, então, é uma acusação que se faz, também, que a venda de minério é própria de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, que entregam as suas matérias-primas a “troco de banana”. Mas, vejamos isto não é bem verdade porque o nosso maior concorrente é a Austrália, e não é um país subdesenvolvido. Outro concorrente forte é a Suécia, que é um país superdesenvolvido; outro é o Canadá, país desenvolvido, também. Há outros, naturalmente em desenvolvimento, como a Índia e outros da África, que, de fato, não podem ser considerados países desenvolvidos. A entrada em cena de Carajás, por exemplo, é um fato novo, um fato que o mundo do minério de ferro estava aguardando para ver se o Brasil ia ou não dinamizar aquela mina.

Foi boa a colocação em funcionamento, a dinamização da mina de Carajás. Embora ela tenha contribuído para aumentar a oferta de minério de ferro no mundo e, conseqüentemente, aumentar o poder de barganha dos compradores. Mas, dir-se-ia: Então, o Brasil deveria guardar a sua mina, não explorá-la, para não aumentar o poder de barganha? Não, porque Carajás é um complexo. Aquela estrada de ferro que entra pela selva amazônica adentro, ela será, fatalmente, um forte fator de desenvolvimento em toda aquela região. É uma estrada de primeira ordem, bitola larga, uma coisa extraordinária, com condições técnicas excepcionais e, pelo menos nestes primeiros anos, não será apenas o minério de Carajás que atenderá a demanda feita sobre o Brasil porque ela vai substituir pelos contratos já feitos parte do minério de ferro que seria exportado pela região sul da Vale do Rio Doce, por Itabira e Vitória.

De modo que, reexaminando o problema, hoje, que eu não teria a menor dúvida em reiniciar as obras de Carajás e executá-las porque elas, para o Brasil, tem um significado extraordinário. Basta dizer que a nível da exportação de hoje, do Brasil, o que existe em Carajás de minério de primeira ordem é coisa para alguns séculos. Por aí se faz idéia o que nós temos lá, para alguns séculos.

De modo que somos levados a exportar minério, mesmo por esse preço, que não é dos mais convidativos, é haja visto os balanços da Companhia Vale do Rio Doce que têm dado um ótimo resultado nos últimos anos e as ações em bolsa têm traduzido isto. Apesar de que nós, lá na companhia, dependíamos — e, hoje, ainda, os que estão lá dependem — de muito do valor

do dólar em cruzeiros. Alguns anos atrás, tivemos que fazer muitas ginásticas contábeis para a companhia não entrar no vermelho, naquele ano em que o Ministro do Planejamento, na época — estabeleceu o valor pré-fixado para a desvalorização do cruzeiro: 50% no ano, e sabemos a que inflação seria essa. Então, a Vale do Rio Doce entrou numa situação muito difícil porque era uma situação artificial. Nos últimos, já com a superdesvalorização do cruzeiro que tinha sido feita, forte, então a Vale do Rio Doce tem apresentado lucros substanciais, e aumentou, também, as suas vendas, é bem verdade, embora o preço do minério não acompanhasse: atendo-se ao preço, ele não acompanhou isso, é o aumento de vendas e a superdesvalorização do cruzeiro. Como de resto, a própria construção de Carajás, no tempo em que United States Steel era nossa sócia, nós calculávamos assim; em 5 bilhões de dólares a construção daquilo. Depois, vimos que havia algumas partes da construção que poderiam ser dispensadas, ou, pelo menos, adiadas, como a eletrificação e outras. Então, se trouxe para um valor menor, de 3 e pouco. E assim mesmo, caiu mais ainda, porque pegamos a indústria nacional numa fase de capacidade ociosa forte, quando iniciamos, há pouco, Carajás. O cálculo foi feito em dólares, e acontece que mais de 90% compramos no Brasil. Então, o custo de Carajás caiu de mais de 1 bilhão de dólares, devido a isto. Uma missão de industriais belgas indagava-me, muito preocupada, que milagre tínhamos feito para fazer o custo de Carajás baixar de mais de 1 bilhão de dólares. E dissemos que não havia mágica alguma, é a construção normal, realizada com critério, com bastante racionalidade. Mas o fato é que aconteceram fatos que independeram da nossa vontade, que nos ajudaram a fazer com que o custo da obra caísse bastante.

Mas, voltando à minha tese inicial, eu acho que, assim mesmo, nós devemos continuar exportando. Mas o nosso esforço deve ser desencadeado no sentido daquilo que todos sonham e que essas indagações têm sido feitas nos congressos, de que não saia minério de ferro ao natural, saia com alguma industrialização. A Companhia Vale do Rio Doce já industrializava um pouco sob forma de pelets. Tem funcionado muito bem, especialmente em joint ventures com grupos estrangeiros, com a obrigatoriedade de eles levarem parte do produto, o que nos tem ajudado nessa fase de crise de alguns anos passados. E o esforço nosso, e a legislação deveria caminhar nesse sentido, é de que pelo menos sob a forma de gusa, e para isto há ambiente no mundo, não sei se é para evitar poluição, não sei por que, mas, na Europa os altos fornos e lá já estão procurando eliminá-los devagar. Já haveria mercado forte na Europa, e creio que no Japão, naquela região, haverá mercado para gusa. E provavelmente, num futuro a longo prazo, para o aço, também. Porque são produtos que, ao natural, vão caindo para os países em desenvolvimento e é a hora de entrarmos. Porque saímos daqui, com um navio carregado de um produto de vinte dólares a tonelada e damos a volta ao mundo para chegarmos ao Japão e a Coreia e entregarmos esse produto, é uma coisa impressionante. Então, se o produto, em vez de vinte dólares passar a cento e poucos dólares, que é o valor do gusa, acredito que seja isso, hoje, ou do aço, que é bem mais, já a conversa é outra. E, ao mesmo tempo, tenho a impressão que no Brasil estaria faltando um organismo — perdoem-me se estou dizendo uma heresia, mas noto que nós entendimentos entre os diferentes Ministérios, e o Senador Cesar Cals, aqui, viveu muito nessa situação —, nós cada vez mais temos dificuldades de exportar se não houver uma conjugação de esforços de vários Ministérios, no sentido de que o Brasil use aquilo que precisa lá fora, que precisa comprar, e ofereça minério em troca.

Temos o caso da China, agora; estive na China no início deste ano, inaugurando lá o Porto de Bailung, um porto para navios de grande calado que os chineses construíram e fizeram questão que fosse alguém da Vale do Rio Doce lá. E os chineses, em Xangai, estão construindo uma grande usina de Bao-xan, moderníssima, construída pelos japoneses, e que oferece perspectivas altas. E nós estamos vendendo um milhão de toneladas de minérios. Mas não fosse comprarmos o petróleo dos chineses, nós não venderíamos um quilo de minério lá. Esta é a verdade. No momento em que o Brasil

deixar de comprar o petróleo dos chineses, deixa de vender minério. Isso, com toda a simpatia com que os chineses nos recebem — esteve aqui uma alta autoridade daquele país mas a verdade é essa: toma lá, dá cá.

E assim é em tudo. É a ELETROBRÁS comprando uma usina, então exigimos que recebam o nosso minério; é uma Iugoslávia querendo que se compre um navio. Em suma, todos querem negociar nessa base. E para vender minério num mercado altamente competitivo como é este, a não ser desta forma, será cada vez mais difícil.

De modo que, tenho a impressão que se os legisladores conseguirem uma reformulação dessas leis sobre os produtos minerais brasileiros, tendo tudo isso em conta, e subsídios que virão aqui por homens muito capacitados, trazendo sua contribuição, poderemos cair numa realidade, que talvez se não fosse a expressão um pouco fora, mais forte do que essa de hoje, no sentido de colocar o Brasil como o lutador ali fora no comércio mundial, para colocar o seu produto. E aqui dentro, com o auxílio governamental que for necessário, com tudo aquilo que se fizer, fazer com que consigamos colocar lá fora um produto um pouco mais nobre do que simplesmente o minério de ferro.

Porque, para o minério de ferro, não vejo um futuro muito risonho. E estamos aí com essa quantidade colossal de minério excelente, minério muito bom, que poderá ser usado para efetuar lá as misturas com outros minérios de pior qualidade. Mas, não vejo assim perspectivas para um aumento substancial nas exportações brasileiras. E há até alguém que tenha receios se este minério de Carajás — que é o que nós conhecemos hoje devidamente avaliado e examinado, — nada nos diz que na Região Amazônica não se venha a encontrar outros Carajás. Porque se tivermos em conta que há pouco mais de 15 anos não se sabia da existência de Carajás, então, por que duvidar que naquela Amazônia, que é completamente desconhecida ainda, não surjam outros Carajás, não surjam outras minas colossais? Mas só com o que conhecemos, nós temos para alguns séculos. E pergunto: será que dentro de dois séculos ou três, ainda haverá um uso de minério de ferro como estamos tendo hoje? Os não-ferrosos estão entrando fortemente, os plásticos estão entrando fortemente, e por aí fora.

Esta é a colocação que queria fazer, porque me parece que mais interessantes seriam indagações que os Srs. membros da Comissão desejam fazer mas apenas, como um início de exposição, eu me julguei na obrigação de trazer isto para esta Comissão, porque é um assunto que, ao longo destes anos de Vale sempre me preocupou sempre levantei nas reuniões do Conselho essa preocupação, de que não temos na nossa mão um poder de barganha na hora de estabelecer o preço do minério de ferro no mundo. Falta-nos o poder de barganha, que está fortemente nas mãos dos compradores.

Sr. Presidente, essa era a exposição que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Antes de facultar as palavras aos Srs. Senadores, eu desejo fazer um esclarecimento. Inicialmente, eu desejo apoiar a idéia, que aqui foi colocada pelo Dr. Euclides Triches, sobre a necessidade brasileira da criação de um órgão que faça as trocas comerciais. Em discurso no Senado, eu propus a criação do Ministério do Comércio Exterior; acho que o País necessita de uma pessoa, em nível de Ministro, que possa buscar essas trocas comerciais, procurando o equilíbrio dinâmico entre a balança comercial dos vários países. Mas, a minha indagação ao Dr. Euclides Triches, para verificar se eu ouvi bem ou se a idéia é diferente do que eu ouvi: V. S., Dr. Euclides Triches, falou que os compradores estabeleceram o quantum cada área pode vender. Eu pergunto se é um cartel de compradores ou se é cada comprador que estabelece um quantum que cada área pode vender.

O SR. EUCLIDES TRICHES — Sr. Senador, ao fazer essa afirmação eu disse que era uma presunção que eu fazia em presença do que eu tinha observado e ouvido ao longo desses anos, mas que não dispunha de nenhum documento que pudesse comprovar isto. Quando nós éramos sócios de uma firma estrangeira no Projeto Carajás, eu estava na Presidência da Ama-

zônia Mineração, V. Ex. se lembra disso, um dos nossos sócios, um homem muito vivido nesse mundo do minério de ferro, em presença do meu entusiasmo com o surgimento de Carajás, achando que nós iríamos dominar o mundo, ele disse: "Não, o Sr. não se iluda, o Brasil não irá além de uma certa fatia. A siderurgia mundial não concordará em estar à mercê com um percentual muito alto de um país só." Daí, eu concluí que devem existir entendimentos entre eles, no sentido de estabelecer uma faixa para cada fornecedor de minério. Não sei se se esclareci.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Não há notícia de um cartel? É uma dedução?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Não há notícia, oficialmente não há notícia.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Dr. Euclides Triches, quando eu era Presidente da Comissão de Minas e Energia do Senado Federal, eu tive a oportunidade de, em sua companhia, fazer uma visita a Itabira, depois ao Porto de Tubarão e, àquele momento o quadro era diferente, houve modificações substanciais expostas por V. S. no seu depoimento.

Na base do interesse estritamente capixaba, gostaria de formular algumas indagações. V. S. tem alguma idéia precisa de qual vai ser a queda do movimento do Porto de Tubarão, em consequência do início da exploração do minério de Carajás, já que o minério que a Companhia Vale do Rio Doce estava exportando pelo Porto de Tubarão é de baixo teor. V. S. tem alguma idéia, se essa queda vai ser realmente substancial e se Tubarão passará ser subutilizado em consequência da abertura da exploração do minério de Carajás?

O SR. EUCLIDES TRICHES — No tocante a minério de ferro, evidentemente que vai diminuir a exportação por Tubarão.

O SR. JOÃO CALMON — Em que escala? Metade?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Pelo que está construído em Carajás, se preve, ao final dos três ou quatro anos, irmos a 35 milhões de toneladas. Não é que estas 35 milhões de toneladas sejam subtraídas totalmente da área Sul. Mas, uma parte será subtraída, porque lá em cima, nos que realizamos nos contratos para obter os empréstimos, nas pré-vendas feitas, se utilizaram contratos da área Sul também. O volume de contratos utilizados, não tenho condições de informar assim de memória, mas haverá uma queda na parte de minério de ferro, que a Companhia tem tomado providências para ver se a produção do cerrado, desembocando na área de Tubarão, substitui, alarga, esse minério a menos que deverá sair por aí.

O SR. JOÃO CALMON — Essa seria a minha segunda pergunta: V. S. não tem idéia de qual vai ser o percentual de compensação, em virtude da existência do Corredor de Exportação desembocando no Porto de Vitória?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Números, assim, de memória, não os tenho, porque, como disse, estou fora da Companhia há tanto tempo e não tenho dados precisos. Quem vier da Companhia poderá trazer esses números com precisão. Inclusive nessa parte do cerrado, há até, na imprensa, uma discussão — é o Parana-guá, e Vitória e Tubarão disputando. Então, vai depender para onde for a produção.

O SR. JOÃO CALMON — Nessa viagem que fizemos a Itabira e ao Porto de Tubarão, lembro-me de que V. S. fez uma referência sobre um número, àquela época considerado muito elevado, de empresas subsidiárias da Companhia Vale do Rio Doce e creio que V. S. enfatizou também que algumas das subsidiárias tinham, por sua vez, outras subsidiárias. Naquela época, se a memória não me trai, o número girava em torno de sessenta e poucas subsidiárias e outras ligadas a subsidiárias. Esse número tem evoluído ou tem regredido? Qual a situação atual?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Não tem evoluído mas também se diminui foi muito pouco. Agora, esse é um dado importante, para subsídio aos legislados, que vão tratar do assunto, que nem esse número de sessenta não significa sessenta. É o Código de Minas que permite que cada empresa tenha certo número de concessões.

Então, há um artifício de se constituírem empresas para se obter mais concessões — isso o Senador César Cals sabe bem disso. De modo que esse número de sessenta empresas, assim, engana um pouco ao visual, mas que não são, digamos, todas essas empresas com Diretoria, muitas são apenas para atender essa parte da lei, da parte do Código de Minas.

Agora, posso dizer que, ao que eu saiba, não aumentou o número de empresas. Nós temos, é verdade, muitas subsidiárias, muitas coligadas, por força das circunstâncias fomos levados a isso, mas, nestes últimos anos não se criaram novas.

O SR. JOÃO CALMON — Dentro desse quadro que não é brilhante, que não é róseo, da exportação de minério de ferro, já que há tanta competição no mundo, na área do fornecimento de minério, seria um razoável subproduto o lucro que a DOCENAVE tem com o transporte do minério ou esse lucro chega a ser substancial?

O SR. EUCLIDES TRICHES — É um lucro substancial, muito substancial. A DOCENAVE é uma companhia que vem crescendo fortemente pois quem tem que deslocar praticamente 40% da sua produção ao outro lado do mundo, tem que ter navios.

O SR. JOÃO CALMON — E na volta?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Na volta vem com petróleo do mundo Árabe ou então da China. E está se procurando ver se, na volta, conseguimos carvão coqueificável daquela região. Mas a DOCENAVE é uma empresa que tem dado substanciais lucros. Ela contribui e muito no balanço consolidado da Vale — fortemente.

O SR. JOÃO CALMON — À época do primeiro choque, depois o segundo do petróleo, começou a surgir um sonho de uma noite de verão, porque passou a existir a OPEP, com grande êxito em relação ao petróleo, que os países exportadores de minério podiam também sonhar com um outro tipo de cartel, mais ou menos nos mesmos moldes para a exportação de minério. Mas esse sonho obviamente se desvaneceu com o próprio fracasso da OPEP. De maneira que as nossas perspectivas realmente não são brilhantes nessa área. Mas, de qualquer forma, apesar dessas formas, do excesso de concorrência, a Vale do Rio Doce é, sem dúvida nenhuma, um fabuloso, um espetacular sucesso e é uma organização da qual todos nós nos orgulhamos, inclusive V. Ex. que foi um dos seus dirigentes mais dinâmicos, não é essa a sua impressão?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Sim. V. Ex. diz bem, e talvez nós tenhamos trunfos menores do que os árabes tinham com o petróleo. Muitos países consumidores têm minas. A Europa sempre teve minas de ferro, mas ela as desativou em presença do preço: a 20 dólares a tonelada não convém explorá-las. Mas se nós fundássemos um organismo semelhante a esse dos produtores de petróleo, e levássemos o minério a um preço muito alto, então seria conveniente eles explorarem aquelas minas, que são minas de minério de baixo teor, mas que, depois de uma industrialização, elas podem se tornar aproveitáveis, e viriam à tona, deixando de consumir o nosso minério.

Então, não se viu, assim, muita viabilidade. A Companhia Vale do Rio Doce nunca se empenhou em criar um organismo desse tipo. Entendemos que é mais difícil, muito difícil criá-lo na área do minério de ferro do que na do petróleo. Se fracassou no petróleo, no ferro não teria destino melhor.

O SR. JOÃO CALMON — Finalmente eu gostaria de saber se lhe seria possível dar a sua opinião a respeito da performance, à frente da Companhia Vale do Rio Doce, do Dr. Eliezer Batista da Silva, já que no período em que esse admirável administrador esteve fora da Presidência da Vale do Rio Doce, se não me engano na gestão do Dr. Fernando Roquete Reis, os resultados

da Companhia Vale do Rio Doce sofreram um declínio realmente substancial. Através do conhecimento que V. S.ª tem da Vale do Rio Doce, parece não haver nenhuma dúvida de que o Engenheiro Eliezer Batista da Silva tem dado à empresa, que presidiu por mais de uma vez, um extraordinário dinamismo e um alto grau de rentabilidade. A sua impressão coincide com a minha?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Senador, quem conhece a Companhia Vale do Rio Doce sabe que a grande força dela reside no seu pessoal, nos seus servidores, nos seus empregados. Ela construiu, ao longo das décadas, graças ao trabalho de muitos dirigentes que por lá têm passado, desde há 40 anos, com um grupo de homens, com um grupo de empregados, que eu não me lembro de ter encontrado em outra organização estatal ou paraestatal ou de economia mista, com tal espírito de corporação.

Eu, ao chegar na Companhia — e nunca fui empregado, sempre estive lá num cargo do Conselho de Administração — o que me causou maior impressão foi isso: notar que homens, colocados em diferentes postos, com um espírito de corporação, lutavam pela Companhia, pelo seu interesse, pelo seu sucesso, mais ou igual a seus interesses particulares. Essa é uma das razões do sucesso da Companhia.

Eu não gostaria de distinguir esse ou aquele administrador, porque eu estaria fazendo uma injustiça com os outros. Acho que ela é sucesso do trabalho dos seus empregados no conjunto e V. Ex. trouxe à tona o nome do falecido Fernando Roquete Reis, que eu conheci bem e com ele trabalhei nos anos em que estive na Vale do Rio Doce. Posso lhe assegurar que se tratava de um homem de uma lucidez impressionante, um administrador extraordinário e a Companhia, diz bem, na época não deu bons resultados. Eu citei aqui, há pouco, acredito que poucos minutos antes de V. Ex. chegar, que houve um ano em que nós tivemos que fazer uma ginástica tremenda, como se faziam essas ginásticas de balanço, para não entrar no vermelho.

O SR. JOÃO CALMON — O pessoal era o mesmo, não era, Dr. Euclides? A equipe era a mesma, mas sem um liderança dinâmica, criativa, os resultados caíram.

O SR. EUCLIDES TRICHES — Mas Senador Calmon, V. Ex., por falta de informações, está cometendo uma grave injustiça. Eu posso lhe dizer isso com a amizade que nos liga de tantos anos. Está cometendo uma grave injustiça, que eu sei que não a faz de consciência. Fernando foi um grande administrador; o que aconteceu é que, na época, chegou-se a prefixar a desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar em 50% no ano. E a Vale do Rio Doce colhe a sua receita em dólares. O dólar entra aqui dentro e é transformado com 50%, quando a inflação já estava por muito mais. Mas não havia administrador no mundo que fizesse a companhia entrar em grande sucesso. E foram anos que Roquete Reis atravessou, além de ter pegado a crise do minério de ferro no mundo, que foi fortíssima, porque o mundo é cíclico nessa parte, o mundo da siderurgia: ora ele está em grande boom, depois ele entra em depressão. O gráfico mostra nitidamente. Podem-se prever as depressões e as fases de boom nitidamente. E ele pegou uma fase de depressão que, de fato, ele não podia fazer milagres. Os empregados eram os mesmos, o minério era o mesmo, os compradores eram os mesmos. Não há milagre nessa coisa.

Nesses últimos tempos entrou o Ministro Delfim Netto que mudou essa política. Entendeu que, ao invés de prefixar a desvalorização do cruzeiro ao dólar em 50%, soltou a desvalorização e entrou em maxidesvalorizações. Começou a entrar dinheiro na Vale do Rio Doce, de uma maneira fortíssima e os lucros foram traduzindo isso.

Então, acho que a Vale tem sido premiada com bons administradores ao longo de sua existência. Eu não faria a injustiça de dizer que este é melhor do que aquele. E no tocante a Roquete Reis, posso lhe afirmar que a impressão que o Sr. tem é uma impressão que não é a representação da verdade.

O SR. JOÃO CALMON — Eu devo salientar, Dr. Euclides Triches, que eu não emiti nenhuma impressão desfavorável ao Dr. Fernando Roquete Reis, e eu não

faria isso jamais, inclusive porque ele já não está no rol dos vivos, jamais eu cometeria essa injustiça. O que pretendi salientar é que, realmente, a passagem de Eliezer Batista da Silva pela Presidência da Companhia Vale do Rio Doce, inclusive exercendo as funções posteriormente de Ministro de Minas e Energia parece demonstrar, fora de qualquer dúvida, que além do fator que é importante, da excelente equipe da Companhia Vale do Rio Doce, alguns dos resultados da Vale do Rio Doce devem ser creditados a esse administrador que, se não fosse realmente fora de série, de méritos extraordinários, não teria sido Presidente por duas vezes, não teria sido escolhido para ser Ministro de Minas e Energia. É essa tese que não envolve, de forma nenhuma, nenhuma subestimação dos méritos do Dr. Fernando Roquete Reis, que, por uma infeliz coincidência, teve o seu período prejudicado por esse fenômeno a que V. S.ª se referiu.

O SR. EUCLIDES TRICHES — E foi exclusivamente por esse fenômeno, porque senão, se ele estivesse, digamos, dentro de uma política como a que ultimamente se estabeleceu no Ministério do Planejamento e da Fazenda, em relação ao dólar e cruzeiro, teria sido um sucesso a administração dele.

Mas, voltando ao Dr. Eliezer, já que V. S.ª me indaga, é um funcionário antigo da Companhia, um homem conhecedor do ramo, um homem inegavelmente capaz, e a administração dele tem sido exitosa, posso dizer isto.

O SR. JOÃO CALMON — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — com a palavra o Senador Milton Cabral.

O SR. MILTON CABRAL — Sr. Presidente, Sr. Relator, é para mim um especial prazer fazer uma indagação ao ex-Deputado Euclides Triches, de quem fui seu colega na Câmara dos Deputados e, naturalmente, como ex-Vice-Presidente da Vale do Rio Doce pode oferecer a esta Comissão valiosos subsídios.

Dentro da ótica estabelecida de nós nos aprofundarmos no exame da intervenção do Estado na economia, que é o centro principal, o objetivo desta Comissão, e ouvindo já nos últimos minutos da exposição do Dr. Euclides Triches, da limitação da exportação de minério de ferro — esse é um mercado que tem limitação — e em face desse exame de participação direta do Estado na economia, então, acho que seria interessante abordar aqui esse problema da expansão da empresa, da Vale do Rio Doce, assim, quais as suas possibilidades, se ela deveria crescer horizontalmente ou verticalmente, já que ela oferece uma tradição de boa administração. E como o País, nas mesmas áreas em que atua a Vale do Rio Doce, apresenta empresas estatais mal administradas — há um exemplo muito evidente: a Vale do Rio Doce tem uma empresa de transporte marítimo, que o Dr. Triches elogiou muito como eficiente. E nós temos o Lloyd Brasileiro, cujas últimas notícias são de um grande prejuízo neste ano de 1985, e o Lloyd tem uma tradição de empresa deficitária, não seria o caso de perguntar por que, então, a Vale do Rio Doce não absorvem o Lloyd Brasileiro? E com esses funcionários tão dedicados, e com essa tradição de empresa bem administrada, não ofereceu uma solução, em vez de o Governo ter duas empresas estatais passaria a ter só uma empresa estatal no setor de transporte marítimo mais bem administrada. Isso apenas para efeito de ilustração da minha breve intervenção.

Mas, o que me preocupa são exatamente as limitações que a Vale Poderá ter, já que a política do Governo atual — e espero que seja uma política consolidada para o futuro — de que o Estado seja menos interventor na economia — eu não sou estatizante, eu acho que nós temos que ser racionais — ou o Brasil é uma economia de mercado livre ou não é. Então, se é de mercado livre, temos que aperfeiçoar esta economia; o meio termo, talvez, não fosse uma boa solução para o nosso País. Então, neste caso, nós temos que limitar a expansão das empresas estatais, mas as que vão ficar se são áreas que nós não podemos abrir mão, como é o caso da Petrobrás, como é o caso das empresas siderúrgicas, como é o caso da Companhia Vale do Rio Doce. Então, essas empresas têm que ser, não

só protegidas, como têm que ter uma atenção especial do Governo e, ao mesmo tempo, temos que aperfeiçoar o sistema empresarial estatal, então, examinar a possibilidade de exploração maior possível das boas empresas estatais, desde que o objetivo do Governo é realmente, reduzir a sua intervenção.

Gostaria de ouvir a opinião de V. S. a respeito dessas colocações.

O SR. EUCLIDES TRICHES — Quanto à estabilização ou não do País no setor empresarial, evidentemente essa é uma tese que dá margem a longuíssimos debates e será assunto de longas discussões aqui, no Congresso Nacional. Mas me atenho exclusivamente à Vale do Rio Doce, que é uma companhia bem administrada e que tem obtido sucesso em todos os campos onde se tem lançado.

Eu agora quero ver se me coloco numa posição a mais neutra possível porque, não é o fato de eu estar fora da Companhia que me torne com um comportamento diferente, mas vamos ter a mais neutra possível. Às vezes, nas comparações se diminui muito uma outra parte, de uma maneira não muito justa, não digo de V. Ex., nobre Senador, como disse, de quem eu teria a honra de ser colega aqui, no Congresso Nacional. Veja, por exemplo, se aponta o sucesso da Ferrovia da Vale do Rio Doce como uma coisa extraordinária, e é; é uma das ferrovias mais eficientes do mundo. Então, toma-se a Rede Ferroviária Federal para vítima e compara-se com a Rede Ferroviária Federal, com os seus déficits e com os seus transportes baixos. Mas é um termo de comparação difícil, porque uma coisa é transportar minério de ferro, carregá-lo na mina e sair com vagões de 70 toneladas e jogá-los dentro do navio, tudo por equipamentos, e outra coisa é começar e pegar engradados de galinhas no interior de Minas, etc., esse aspecto quase social da Rede Ferroviária Federal. Então, é uma comparação que deixa os nossos...

O SR. MILTON CABRAL — Permite um aparte? A Rede Ferroviária Federal este ano vai dar lucro, V. S. sabia?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Está aí uma grande notícia.

O SR. MILTON CABRAL — Calculadamente 600 bilhões de cruzeiros.

O SR. EUCLIDES TRICHES — Mas se costuma muito fazer isso, e dentro da Vale do Rio Doce houve muitas vezes afirmações dessa ordem e eu sempre me levantava contra. Vamos ser juntos, estão lá patrícios nossos lutando para trocar essa Rede Ferroviária Federal com um traçado horrível, uma ferrovia ruim e vagões obsoletos, e torando o barco com seus déficits e nós estamos aqui com uma ferrovia diferente. Então, muito mérito deve ser dado à Ferrovia da Vale, mas não se deve diminuir demais a outra, porque há um grupo lá de obrigados, que procura fazer o máximo, mas que o equipamento e as condições não ajudam. Não há termo da comparação entre uma e outra.

O mesmo eu diria com relação ao Lloyd; o Lloyd é uma rede ferroviária federal, praticamente, com todas as mazelas que veio trazendo, de décadas e décadas, que se acumularam ali — entra um administrador, sai outro — é muito diferente de navios que apanham o minério num do porto e o colocam no outro, que recebe uma carga a granel de grande quantidade de petróleo e trazem para o Brasil. É um tipo de transporte bem diferente desse de carga geral. Mas isso não tira a veracidade da afirmação que V. Ex. fez, de que é uma companhia modelar; e quero ir a outro ponto; creio que se a política do País, que será estabelecida agora nesse futuro próximo, for de manter suas empresas estatais — estamos sentidos que há um desejo de vender ações de empresas, ir desestatizando aos poucos — então, é preciso que sejam encaradas como empresas que devem obter êxito. E uma tese que sempre defendi quando estava na Vale do Rio Doce, é de que ficarmos só no minério de ferro in natura, ao natural, é suicídio; temos que diversificar a produção e como vamos diversificá-la? Não só industrializando o minério de ferro, como já se começou a fazer e vai-se fazer cada vez mais, à medida que conseguirmos compradores para os produtos, como afirmei no início, mas entrando em outros setores também. E quais são os setores que o Brasil

tem uma vocação natural, de vulto e que exigem grandes grupos empresariais, grandes capitais e empréstimos nacionais e até estrangeiros? Celulose; por quê? Porque uma árvore aqui, no Brasil, cresce em 5 anos o que demora 50 anos na Noruega. Então, por que a Noruega ainda está controlando esse setor de celulose no mundo e nós, com essa facilidade, não entramos nisso com um vigor tremendo?

Então, a Vale do Rio Doce entrou no setor de celulose, não por minha indicação, porque já havia esboço nesse tempo, junto com um grupo japonês, sempre uma joint-venture, muito original, que obriga o nosso sócio estrangeiro a levar uma parte da produção. Isso, para nas horas de crise não sermos surpreendidos.

Entramos no alumínio — quando eu estudava engenharia, há 35 ou 40 anos, afirmava-se: "o Brasil, infelizmente, é um País que tem o seu minério de ferro, mas não tem alumínio. É uma tristeza, um país dessa extensão não tem alumínio." Isso se afirmava, a não ser um pouco em Minas Gerais, etc. Hoje, somos possuidores das grandes jazidas de alumínio do mundo, e a coisa mudou de 180 graus. Então, a Vale está no alumínio também, que é uma vocação natural do Brasil; país que pode produzir energia elétrica barata e que tem minério de alumínio, deve-se lançar à produção de alumínio metálico. A Vale já está nesses dois setores e em outros de menor monta, como titânio, que foi um produto que surgiu em Minas Gerais, e outros menores. Mas, ela deve diversificar a sua produção e não ficar só no minério de ferro, porque com isso, ao sentar à mesa para discutir o preço do minério de ferro, ela tem um poder de barganha, ela pode chegar até, digamos, imaginando um caso extremo, que seria quase absurdo: "Então, nessa base eu não lhe vendo o minério, prefiro parar a exportação." Pode chegar a isso; se ela tiver 5 ou 6 produtos bons, que lhe dê um lucro substancial, o nosso poder aumenta. Podemos firmar, talvez, um preço melhor para o minério.

De modo que a resposta que lhe dou é esta. A ficar a política do Brasil com empresas estatais, nós devemos fazê-las eficientes, cada vez mais diversificando-as na sua produção.

O SR. MILTON CABRAL — Talvez eu não tenha sido feliz no exemplo do Lloyd. Também não sou favorável à generalização, quer dizer, não seria um crescimento horizontal que estou desejando para a Vale do Rio Doce. Acho que a Vale do Rio Doce, face a possíveis limitações na exportação de minério, poderia crescer verticalmente e o setor da siderurgia seria um campo natural, absolutamente natural.

E celulose, por exemplo, que V. Ex. cita, já é uma área onde o capital privado está bem situado. Aí seria já um crescimento horizontal invadindo outras áreas.

Mas ferro-gusa, aço, agora a Vale do Rio Doce vai fazer uma composição, está estudando uma composição com chineses, está fazendo composição com outros países da produção de usinas de ferro-gusa, da exportação do produto já manufaturado nessa primeira fase. O alumínio também seria uma saída natural para a Vale. Mas, o importante é que isso fosse examinado em profundidade, porque não é agora, numa conversa de 5 minutos, que vamos definir o que a Vale deve ou não fazer. Isso tem que ser objeto de estudos. Eu quero discutir apenas a tese. O importante é a tese de que ela não deve, na minha opinião, se estender horizontalmente, mas verticalmente, absorvendo, dentro da sua área de atuação, aquelas empresas estatais que não estão bem administradas. Esse seria um caminho que poderia ser uma das conclusões desta Comissão, a respeito das empresas estatais. Não é especificamente a Vale, mas qualquer estatal das que vão prosseguir, que vão continuar.

Esse é um ponto que considero importante ser debatido, inclusive com todos os depoentes que venham a esta Comissão, porque, realmente, temos que obter elementos de convicção a esse respeito. E só podemos ter elementos de convicção ouvindo os diversos pensamentos, etc.

O SR. EUCLIDES TRICHES — Eu dizia, Senador, no início da minha exposição, que esse, realmente, é o grande objetivo: irmos a densidade econômica, no maior, produto, transformando-o ou em gusa e, em seguida, em aço. O problema é que nós precisamos

ver se alguém quer comprar o nosso produto lá fora. No momento, eles só querem comprar o minério de ferro. Já há esboços de grupos, como V. Ex. bem lembra, interessados em gusa; e creio que a médio prazo nós conseguiremos entrar fortemente no aço. Mas, veja, por exemplo, no aço, que as empresas privadas brasileiras estatais entraram agora já nos Estados Unidos começaram a cortar, estabelecer condições, quotas, taxas etc. Não é muito fácil entrar com o aço, a não ser quando a Europa começar, por sofisticação da sua produção em outros setores, a ir deixando devagarinho essa produção para nós. E nós vamos entrando nela, porque é uma produção em que nos damos muito bem. Mas, a tese inicial que defendi aqui foi essa: não ficarmos só no minério de ferro, irmos verticalizando o produto, indo até ao aço, ou a outros produtos melhores; e apenas vejo que talvez, uma pequena discordância no nosso ponto de vista, eu acharia que ela deve, horizontalmente, também se alastrar em outros setores, porque, às vezes, quando entra numa fase de crise, o setor de minério e aço entram todos. Então, ficamos com os outros setores nos salvando, para termos com que pagar a folha de pagamento de algumas dezenas de milhares de homens, no final do mês.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME — Sr. Presidente, meu caro e amigo Senador Cesar Cals, estimado colega Severo e Dr. Euclides Triches, pessoa a quem conheço desde os idos de 1963, quando atuamos juntos na Câmara dos Deputados. Considerando a sua atuação no meu Estado, como Governador que foi, considerando a sua atuação em outros setores da vida pública, quero deploiar neste momento por ter chegado atrasado ao seu depoimento sobre assunto que o trouxe aqui. Mas posso dar o meu testemunho; o seu depoimento foi valioso para esta Comissão.

O motivo da minha presença na tribuna, agora, é apenas para cumprimentá-lo e felicitá-lo, uma vez que não tive a honra, nem a alegria de ouvi-lo. Estou certo de que foi valioso para a nossa Comissão.

Agora eu gostaria de dizer ao Presidente da Mesa que o momento é adequado para lembrarmos o requerimento do nosso colega Martins Filho, no sentido de dinamizarmos os depoimentos, apressamos, para que ainda neste ano tenhamos a conclusão dos nossos trabalhos. É apenas uma lembrança.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Gostaria de informar a V. Ex. que, tenho em vista a convocação do Congresso Nacional para esforço concentrado para esta semana, infelizmente não vai ser possível essa dinamização, porque o nosso Regimento não permite que as comissões se reúnam quando o Congresso está reunido. De maneira que o assunto vai ficar prejudicado embora tivesse havido aquela deliberação, pelo art. 179, parágrafo único, o próprio Senado não pode se reunir por ocasião da reunião conjunta do Congresso. Nesta semana, por exemplo, depois do depoimento do Dr. Euclides Triches, só teremos o depoimento do Dr. Valter Rocha que aqui está presente, e não vai ser possível a reunião de quinta-feira. Por outro lado, o relator indicou a lista de nomes que precisa para tirar dúvidas, de maneira que será inviável, porque já estamos no final de novembro, que se complete a Vale do Rio Doce ainda neste período legislativo.

O SR. EUCLIDES TRICHES — Com licença, Sr. Presidente.

Quero dizer ao Senador Jorge que também, de minha parte, acompanhei a sua vida pública ao longo desses quase quinze anos que me afastei aqui, desta Casa. É uma coisa curiosa o Congresso; a gente forma laços de amizade e que não se perdem nunca. Embora longe, há quinze anos, da Casa, hoje revendo os três Senadores, de quem tive a honra de receber indagações, me reportei àquela nossa vivência daqueles tempos difíceis, que citei no início, onde voltei àquele caso da Hanna, da MPR, assuntos muito tumultuados e outros, de modo que acompanhei a sua vida, e para mim foi sempre uma honra citar aos amigos que havia sido seu colega e amigo na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao Senador Severo Gomes, Relator.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Euclides Triches, esta Comissão estava ansiosa por ouvi-lo. Infelizmente tivemos um adiamento, mas hoje a oportunidade está aberta. Esse desejo de ouvi-lo vem, não só do reconhecimento da experiência que V. S^a adquiriu na área da mineração e no exercício de funções de direção na Vale do Rio Doce, mas também ao grande respeito que V. S^a granjeou em nosso País durante sua vida pública, como Governador, como Parlamentar e como dirigente da Vale do Rio Doce.

V. S^a poderia, com a experiência que tem, informar-nos sobre o que pensa da atual política mineral brasileira, ou como deveria ser uma política mineral? E quais seriam os seus pontos fundamentais, na medida até em que V. S^a fez referência da importância da Constituinte, para que possamos amanhã ter uma ação e um pensamento mais ligados com a nossa realidade, com o nosso futuro?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Não vou ter a pretensão de poder responder a uma pergunta de tal monta, como essa. Mas o que posso dizer é que no tocante a minério de ferro e, provavelmente, em outros, parece-me da maior importância o que citei no início, porque dir-se-á: "Mas, tem havido entendimento do Ministério da Minas e Energia, entre os seus órgãos, ELETROBRÁS, para poder facilitar a exportação de produtos". Mas tem sido sempre muito difícil, porque são órgãos que, embora vinculados ao Ministério, têm a sua autonomia. Eu sei as visitas, as demandas que têm sido feitas para se poder conseguir que um órgão desses engrene num mecanismo de só comprar um produto lá fora se eles nos comprarem o minério. Parece-me, não sei em que nível. O Senador Cesar Cals acha que em nível de ministro, eu também. Em nível de ministro com muito poder, para ser praticamente uma palavra final no assunto. Que tivesse um ministro muito forte para sentar numa mesa, e negociar: "eu compro esse petróleo, mas os Srs. nos compram esse produto — dessa ordem. Não teria condições de dizer mais detalhes sobre isso. Parece-me que daqui para frente devíamos ir por esse caminho. De resto, não estaríamos inventando nada. Os japoneses trabalham assim, e outros países também. São verdadeiras equipes que vêm e decidem um assunto na última instância, têm poderes para isso. E o Brasil, que tem nos produtos minerais uma das suas grandes riquezas, pelo menos é uma das esperanças do povo brasileiro, acho que deveria tratá-las dessa forma, para poder colocá-las lá fora de uma forma que eles tragam mais benefícios para o nosso povo. Mais agressividade, mais racionalidade e organização no enfrentar os compradores lá fora.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — V. S^a fez uma apreciação a respeito do mercado do minério de ferro, mostrando que ele é um mercado dos compradores e que os compradores já dividiram o mundo. Quer dizer que nós estaríamos sempre, numa posição sempre muito frágil. O que eu pergunto é o seguinte: além dos competidores que temos, o Canadá, onde, eventualmente, tem desvantagens com relação ao problema do transporte em certas épocas do ano, os produtores de minério de ferro da Península Escandinávia, da Suécia onde, inclusive, há um minério subterrâneo e de baixo teor, e nós estaríamos sempre levando uma vantagem muito grande, se nós não estaríamos com um processo em que nós estimulamos a posição do comprador? E diria por quê. Os subsídios implícitos no transporte de minério de ferro da Rede Ferroviária, estamos, na verdade, não colocando no minério nenhum valor e ainda estamos subsidiando. Quer dizer, essa linha centro da Rede Ferroviária está permanentemente sendo desgastada, retirando trens que prestam para outros serviços, de passageiros, para transportar o minério de ferro e dando um subsídio, de tal modo que essa competição passa a ser interna também. O nosso maior competidor não está na Austrália nem na Suécia, ele estaria aqui dentro mesmo, numa competição que levaria à depressão dos preços, numa depressão auxiliada pelos subsídios implícitos no transporte.

Eu colocaria essa pergunta e também se V. S^a poderia informar qual é o nível de subsídio que existe no trans-

porte de minério de ferro pela Rede Ferroviária Federal?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Eu desejo que fique bem claro que, digamos, essa divisão do mundo, não em quantidades fixas, mas em faixas para cada país, é uma suposição minha. Eu gostaria, se possível fosse, que essa comissão ouvisse, digamos, o Dr. Clóvis Dickson, por exemplo, que é o nosso homem de vendas de minérios em Bruxelas, comanda praticamente a venda do minério, esse poderia trazer dados mais precisos. Esta é a minha impressão, que sempre tenho externado na Vale do Rio Doce e não a mudei até agora, e não tive fatos que me levassem a mudá-la. Acho que eles têm essa colocação e há uma faixa dentro da qual se movem os vendedores e outros companheiros, que são os lutadores muito, aguerridos, eles conseguem levar a nossa venda para o ponto alto da faixa, mas não conseguirão levá-los a quantidades muito maiores, porque será bastante difícil, a não ser que mude a conjuntura.

De modo que esta é uma colocação que sempre fiz e foi um dos fatos que mais atenção me chamaram nesta minha vivência na Companhia.

Quanto ao grau de subsídio que a Rede fornece, naquele tempo que se discutiu o caso da Hanna, aqui, foi uma debatidíssima, e no fim passou da maneira que todos nós sabemos. Mas eu não tenho condições de responder a essa pergunta, estaria dando um número falso, porque não tenho a menor condição de dizer qual o grau de subsídio que a Rede proporciona à exportação de minério de ferro.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Aqui no Brasil nós temos empresas exportadoras de minério de ferro que têm no seu corpo acionário os compradores: siderúrgicas japonesas e européias. V. S^a poderia informar se, com relação aos nossos competidores, também ocorre a mesma coisa? Quer dizer, que as empresas mineradoras tenham no seu corpo acionário e na capacidade de decisão os próprios compradores, no caso da Austrália, Canadá, ou da Suécia?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Com precisão, na Austrália dito que os japoneses sejam sócios lá de uma mina, mas os que vierem depois poderão confirmar, o grupo da parte de vendas, poderá dizer. Esta uma impressão que tenho, de que os japoneses são sócios de uma mina da Austrália, não de todas mas de uma. As minas do Canadá são muito influenciadas pelos Estados Unidos; a United States Steel, tem lá muita influência naquelas minas, que não só de canadenses.

Esta sociedade que nós temos aqui constituem essas minas, de uma certa forma minas cativas, embora elas entrem no preço internacional e tragam um benefício para a Vale do Rio Doce, porque elas nos dão o frete na Ferrovia, porque o frete tanto da Ferrovia como dos navios é muito importante para a Vale do Rio Doce. Hoje o frete da carga geral já vai a uma tonelagem alta e já tem o seu substancial peso no balanço da Companhia.

Há outros casos no mundo em que os consumidores são sócios de minas; na África é muito comum, Guiné por aí fora é muito comum isto.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Não acha V. S^a que a presença dos compradores de minério de ferro nas propriedades das jazidas e no controle das suas decisões afeta uma das razões permanentes dessa situação do mercado de minério de ferro na mão dos compradores e dessa possibilidade de dividir o mundo?

O SR. EUCLIDES TRICHES — No caso brasileiro não. Porque, veja que o que eles têm aqui é mínimo em presença do que nós exportamos; qui nós dominamos. Em outros países é possível; minas africanas que pertencem a consumidores devem pesar um pouco, e pelo menos aumenta o poder de barganha deles na hora da negociação, porque se a coisa apertar muito eles poderão forçar estas minas a uma produção maior. Mas também é um campo, esse, que os nossos homens de venda que vierem aqui poderão dar detalhes mais aprofundados, mas a minha impressão é esta; no caso brasileiro não.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — V. S^a poderia informar a esta Comissão qual é o volume de minério

de ferro exportado pelo Brasil, a quantidade da Vale do Rio Doce e da MBR e de outras empresas privadas?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Os dados deste ano; os números ainda não os tenho, saí de lá no início do ano, mas eu tenho de anos anteriores, que dão uma idéia.

Em 1984, por exemplo, que é o último dado que tenho aqui a Companhia Vale do Rio Doce exportou 49 milhões de toneladas. Se nós considerarmos as nossas empresas coligadas de *pellets* e considerarmos a Fertecc e a Samith, nós iremos a mais de 19 milhões de toneladas. Então, as exportações pelo Porto de Tubarão foram a 68 milhões de toneladas. O mercado doméstico consumiu 22 milhões de toneladas e as vendas da CVRD foram de 71 milhões de toneladas grosso modo. Está é a informação que posso lhe dar sobre o ano de 1984.

Tenho alguns informes, também sobre as vendas da CVRD já do primeiro semestre de 1985. Nós temos exportações da CVRD, 24 milhões de toneladas; mercado interno 11 milhões e vendas totais da CVRD 36 milhões, foram para a Europa 11 milhões; América do Norte 1 milhão; América do Sul, cento e poucas mil e Ásia e Oriente Médio 12 milhões, num total de exportações de 24 milhões; para o mercado interno 11, vendas totais da CVRD 36 milhões.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Nesse mesmo período V. S^a tem o número das exportações da MBR?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Em 1984, a MBR exportou 12 milhões de toneladas: sobre a Vale do Rio Doce eu já lhe dei; está aqui na relação é de 49; quando a CVRD exportou 49, a MBR exportou 12 milhões de toneladas, no ano de 84, no ano de 85 não tenho da MBR.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) Na exposição de V. S^a ficavam claras vamos dizer, as dificuldades de se conseguir a elevação de preços dadas as condições do mercado. Uso dos aspectos que poderia estar levando a esta situação é esse processo de minas cativas pelo mundo, não havendo conflito de interesses, os importadores de minério vão estabelecer um preço de transferência.

Agora, perguntaria a V. S^a se, na medida em que a Vale do Rio Doce realizou as pré-vendas e, por isso, conseguiu financiamentos vantajosos, se esses financiamentos vantajosos não estariam ligados ao fato de, em havendo um compromisso de entrega física, de oferta, estaria se agravando a posição do vendedor, porque ele é obrigado a entregar o volume físico de minério ao preço do ano, portanto ele garante um crescimento da oferta ao preço daquele momento. O mecanismo também deveria ter um efeito depressor sobre os preços e, portanto, agravando essa situação de um mercado que é dos compradores. Quer dizer, onde o negócio aparentemente poderia ser bom, essas taxas de juros favorecidas teriam sido concedidas porque uma vantagem maior estaria na garantia de uma oferta de volumes constantes de minério de ferro, exercendo um efeito negativo sobre os preços?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Não acredito, Senador, porque o preço das pré-vendas é na hora da entrega do minério. Então o preço negociado no mundo para aquele ano seria aquele que iria vigorar nessas vendas. Mas, a minha impressão pessoal, como digo sempre, — provavelmente, virão depoentes que irão se manifestar de maneira diferente — é que a implantação do Projeto Carajás, de fato beneficiou, também, em muito os compradores. Haja vista que o financiamento vem do Oriente, vem da Europa, na sua maior parte de organismo estatais. Porque é da alta política desses países, porque, evidentemente essa gente trata desses assuntos com muito cuidado, de regular essa parte de uma matéria-prima tão importante como é o minério de ferro. Então, todo o mundo consumidor viu com os melhores olhos a implantação do Projeto de Carajás. É natural, é mais uma boca a fornecer. E acontece o seguinte: a força da Companhia Vale do Rio Doce, uma das barganhas que ela tem usado e usa é que ela é uma companhia que nunca teve uma greve. Isto é muito importante, porque nós temos como competidor a Austrália, onde as greves são bastante frequentes. Isso num País onde nunca teve uma greve, e que tinha

uma ou duas bocas de exportação de minério, abre mais uma colossal lá no norte, aumenta a segurança dessas usinas consumidoras. Então, observem a lista dos financiadores do Projeto Carajás, são decisões do governo, da Comunidade Econômica Européia, dos bancos japoneses, decisões praticamente de governo, porque essa inflação se foi boa para nós, eu a considero muito boa e excelente para nós mas, para eles também foi muito boa.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Um comentário só, em relação à observação do Senador Milton Cabral, também pelo altíssimo teor do minério de ferro, que influiu muito para a preferência dos compradores. Pessoalmente estivemos na Suécia, onde havia um pânico de que se inundasse minério de ferro. Mas, naturalmente, a céu aberto e com altíssimo teor, é a única no mundo, é claro que havia uma corrida dos compradores também para isso, não é só o volume.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Há alguns anos Sr. Triches, surgiram documentos no Brasil mostrando que o Projeto Carajás havia sido concebido no Japão e, portanto, coerente com esse interesse nacional japonês e de outros que gostariam de ver, com diz V. S., essa "boca aberta".

V. S. confirma que esse Projeto Carajás, ou tem informação que esse projeto foi concebido no Japão e realizado aqui pelos brasileiros com indigência do País?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Esse é um assunto, Senador, sobre o qual posso falar com um conhecimento de causa bastante razoável, porque, como eu disse fui Presidente da AMSA — Amazônia Mineração — a empresa formada de americanos da United Steel e o grupo da Vale do Rio Doce. Presidi essa companhia durante certo tempo e tive oportunidade de me inteirar bem.

Há realmente nesse mundo internacional muitas coisas que escapam a nossa imaginação, mas não acredito. Não acredito!

O Projeto Carajás, nós sabemos como foi descoberto o minério, um geólogo brasileiro, trabalhando a serviço da United States Steel, sabemos como foi implantada essa AMSA, que foi uma exigência do Governo brasileiro, sob pena de não dar a concessão à United States Steel, e senti toda a luta que tivemos com o grupo americano, porque nós queríamos iniciar o projeto para desestimular outros investimentos na África que já estavam bem esboçados, e nós queríamos desestimulá-los. Sabíamos que iniciada a implantação de Carajás esses projetos africanos iriam para a gaveta e australianos também, alguns deles. Então, tínhamos muita pressa. A United States Steel dizia: "não, nós fazemos o projeto mas pelos processos ortodoxos e quando for oportuno, isto é, com todo financiamento assegurado, com os consumidores assegurados, como se acabou fazendo depois."

Nós queríamos dar uma primeira demonstração e conseguimos. Contratamos os primeiros 80 quilômetros de terraplanagem, para justamente mostrar que íamos tocar o projeto, embora eu reconheça que se iniciar uma obra sem todo o financiamento não é um processo ortodoxo, não é muito aconselhável, mas neste caso havia uma razão de alta política, que foi compreendida pelo Presidente da República de então e nos autorizou a isto. Tocamos os 80 km, depois contratamos mais um grupo e conseguimos engavetar os projetos que estavam por aí.

O grupo americano jamais admitiria qualquer influência sobre a implantação do Projeto Carajás, e nós muito nos ainda.

Esse grupo americano, para se ter uma idéia de como essa política mundial tem seus altos e baixos, eles nos devolveram a totalidade do Projeto Carajás, do qual nós tínhamos só a metade, quando iniciamos, de graça, não nos cobraram nada. Muito gente afirma: "uma os srs. comparam a parte dos americanos". Não?? Acontece que na fase de estudos os dois sócios, cada um contribuiu com 50 milhões de dólares, então eles apenas disseram: "devolvam os nossos 50 com juros de 6%. Nada mais razoável. Apenas nos fizeram um empréstimo, durante um certo tempo, a juros de 6%, e não cobraram nada pelo minério e por nada disso. Essa é uma outra verdade que precisa ficar bem assentada.

Em síntese, como resposta a sua indagação digo: não acredito, não digo que não aconteceu, porque às vezes há coisas que ignoro, mas que eu sabia, e todos os fatos me dizem que isso, dos japoneses terem influenciado o projeto, não aconteceu.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — V. S. salientou a importância do complexo Carajás, que o minério de ferro seria a fase pioneira, mas haveria uma enorme potencialidade em diferentes campos. Gostaríamos de termos uma informação mais aprofundada sobre isso, levando em consideração de que hoje não há perspectivas com relação à exploração do cobre — é o que dizem todos os especialistas, levando em consideração o preço internacional, e também o abandono do cobre em muitas aplicações; o avanço das fibras óticas tem retirado uma grande importância do cobre, então teríamos dúvidas, com relação ao cobre como alguma coisa que pudesse ser associada nesse avanço.

O segundo seria o problema do minério de manganês. Ora, temos uma experiência já no Amapá, em que vendemos o minério de manganês por preços que vieram caindo no curso do tempo, mesmo quando a economia mundial estava com um enorme crescimento, e a siderurgia crescendo, e os preços do aço crescendo, e fomos vendendo por preços mais baixos. Para se ter uma idéia, entre o início da exploração da Serra do Navio, em 1964, o minério de manganês foi exportado ao preço médio de 37 dólares a tonelada, e entre 64 e 74 tendo um grande desenvolvimento a economia mundial, ele foi exportado pelo preço médio de 17 dólares; se considerarmos a inflação do dólar, vamos verificar que foi exportado pela metade do preço. Quer dizer, não há um mercado. Existem minas cativas e controladas, e esse minério de manganês, pura e simplesmente, saiu do Brasil sem nenhum preço, pelo custo de inflação e transporte. Creio que com relação ao manganês de Carajás deveríamos ter a mesma preocupação, para que amanhã não venhamos a assistir os mesmos acontecimentos ligados à exploração do minério da Serra do Navio. O gusa estaria ligado, vamos dizer, ao

O gusa estaria ligado, vamos dizer, ao uso da floresta amazônica. Hoje, eu creio que o mercado de gusa pode se expandir, e no futuro mais ainda, porque ele tem um custo de energia, que é, vamos dizer, por um preço hoje de captação da floresta, sem sabermos amanhã qual será o comportamento da retirada da floresta ou de reflorestamento, quer dizer, nós não temos experiência para assegurar que o gusa pudesse ter uma duração muito grande. Então, eu gostaria de saber de V. S. quais são os fundamentos dessa importância do complexo, além do minério de ferro?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Temos lá em cima alumínio, temos manganês, cobre e outros produtos que se apresentam com alguma possibilidade. Mas, no tocante ao manganês, eu concordo com V. S. esse dever ser tratado diferente do minério de ferro. Se o minério de ferro nós temos por séculos, esse não temos muito. Temos 40 ou 50 milhões de toneladas, e não se vê assim naquela área, pelo menos, perspectivas melhores. Então, no mínimo, se ele tiver que sair, que saia sob a forma de ferro-manganês, usando a energia elétrica de Tucuruí, energia daquela região, no mínimo. Pondo ao natural para fora eu acho que é um desperdício, não devemos fazer isto.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — V. S. está esquecendo o manganês de Urucum, não é? Nesses 40 ou 50 milhões.

O SR. EUCLIDES TRICHES — Urucum, sim, mas é de baixo teor. É um manganês que somente com grandes misturas. Sim?? É Urucum, e a tecnologia há de chegar a um dia que vai encontrar uma solução. Mas é um manganês muito inferior, embora uma tonelagem muito maior a de Carajás.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Esta observação só para não ficar fixado em 40 ou 50 milhões.

O SR. EUCLIDES TRICHES — Sim, é que eu estava atendo-me apenas ao de Carajás, lá em cima.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Não, minério do alto teor e sem as impurezas QUE o minério de Urucum tem.

O SR. EUCLIDES TRICHES — É a não ser para pias, para essas coisas, então se coloca o minério de lá. Mas esse setor mineral, creio, é um desafio para os que, no Congresso, irão tratar do assunto.

Nobre Senador, vejamos um exemplo apenas. Quando iniciamos a Valesul, de que o Diretor Fernando Reis muito se orgulhava, e dizia: é uma das empresas que comecei, mas me deixem morrer essa empresa — associados com o grupo Shell. Todos os estudos de viabilidade nos diziam que o alumínio, já no ano passado, deveria estar em dois mil dólares a tonelada. O alumínio está a mil dólares a tonelada, e não há jeito de subir, não há perspectivas, num futuro próximo, de subir. Quem diria — não digo no tempo em que eu estudava Engenharia, há 40 anos — há 20 anos que chegaria a um ponto em que o alumínio ia custar mais que o cobre — cobre produto considerado nobre? Pois chegou na Bolsa de Londres. Não sei como está hoje. Há poucos meses estava menos de que o valor do cobre; o cobre menos que o alumínio. Então, há altos e baixos que ninguém mais se entende. Essa do estado agora. Vejamos o que está acontecendo nesse mundo do estanho.

O Congresso tem pela frente um desafio tremendo. Que não me aventure a dizer qual a política a ser seguida, porque me julgo com competência para isto. Apenas é uma política estranha.

Na parte do minério de ferro, já expus o meu pensamento. Quanto ao manganês, creio que não temos muito de boa qualidade, como o de Carajás, e deve ser tratado com muito cuidado. No mínimo, sair sob a forma de ferro-manganês.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — V. S. fez uma referência ao problema da queda dos preços do alumínio e já no começo de sua exposição, falava sobre o problema da competição do ferro com o alumínio, com os plásticos, etc. Até pela sua informação, estamos vendo que o alumínio, que passa de dois mil dólares para mil dólares a tonelada, tem a capacidade de ocupar o espaço do aço, na economia contemporânea.

A minha dúvida é a seguinte: primeiro, com relação aos plásticos, no passado, sempre se colocou o seu avanço como um instrumento de substituição do uso do aço. Ocorre que, ainda agora, temos uma baixa dos preços do petróleo. Evidentemente o petróleo é um bem que tem seus dias marcados. O plástico está intrinsecamente ligado ao uso do petróleo e num futuro poderia não exercer competição dessa natureza.

O que mais nos deve preocupar, hoje, é o problema do alumínio.

Pergunto a V. S. o fato de ter o Brasil concedido as fábricas que produzem alumínio uma tarifa de energia elétrica fixada no valor de 20% do preço do alumínio no mercado — muito abaixo do custo de produção da energia — não seria, hoje, um dos elementos depressores do preço do alumínio no mercado internacional, ter essa potencialidade de oferecer alumínio a um preço baixo? A um preço baixo, evidentemente, onde uma grande parte foi custeada pela economia nacional, que construiu as hidrelétricas, grandes investimentos, para vender a energia a um preço inferior ao preço do mercado?

Assim, agindo desta maneira, primeiro estaríamos contribuindo para a queda do preço do alumínio; segundo estaríamos contribuindo, também, para esse mercado comprador de minério de ferro, pela depressão natural dos preços do minério de ferro, ligado a uma competitividade extra do alumínio no mercado internacional, e ligado a uma contribuição do povo brasileiro.

O SR. EUCLIDES TRICHES — Eu não iria tão longe, Senador, porque a nossa potencialidade, a nossa participação no comércio mundial desses produtos não é tão substancial.

Sabe V. Ex. um grupo de empresas européias, americanas e japonesas que controla o mundo do alumínio. E a nossa entrada nele ainda não é expressiva.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Oferece um potencial muito grande.

O SR. EUCLIDES TRICHES — À medida em que vamos aumentando a nossa produção e participando mais da exportação, iremos contribuindo para isso, ine-

gavelmente. Mas há países que, já de longa data, produzem alumínio com uma energia elétrica mais barata do que a nossa. O Canadá, por exemplo. Lá, não há quem possa competir com as usinas, o preço do alumínio é muito baixo. Há outros, um pouco mais alto. Mas não é tão baixo o preço da energia que utilizamos para produzir o alumínio, apesar de todos os subsídios e concessões. Tanto é que não se tem atraído muito mais.

Esteve a ALCOA, lá em cima em São Luís, que foi o que nos animou bastante aqui, na VALESUL. Se a ALCOA vem e se instala, é porque... Mas ALCOA está olhando a longo prazo. Também temos que olhar a longo prazo. O alumínio terá futuro.

Li um discurso do Presidente da ALCOA, num final de ano — não sei se foi o de 83, antes de eles iniciarem a obra aqui em cima. Ele, perante os acionistas, fez o seu pronunciamento anual, e disse:

"Meus Senhores, agora iremos para os países que têm energia elétrica e têm matéria-prima, que são a Austrália e Brasil, e, para lá nós iremos." Foi a frase que marquei e recortei. Dito e feito. Vieram e se instalaram com uma rapidez tremenda em São Luís. Depois de implantada a primeira parte, antes de ser concluída, já saíram para a segunda etapa de duplicação.

Então, nos animou bastante aqui na VALESUL, porque essa gente, que tem uma visão do mercado mundial, se eles se atiram no produto, apesar do preço não ser convidativo, é porque há uma perspectiva a médio prazo para o alumínio.

É o que confiamos, no caso brasileiro.

Respondendo à sua pergunta, não creio que a nossa participação, como está sendo feita hoje, influa a esse ponto que V. Ex^a manifesta temor.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Esse interesse dos grandes produtores de alumínio de se instalarem em países onde havia potencial de energia elétrica, e o minério já era grande e explícito. Haveria necessidade, ainda, de oferecer uma energia elétrica abaixo do custo? Ou seja, o País tendo que realizar grandes investimentos, para ainda vender energia elétrica abaixo do custo, não remunerando os investimentos, que, evidentemente, foram feitos com empréstimos externos e que temos que pagá-los?

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Mas aí, a decisão que nos focou pela frente era essa, termos ou não esses investimentos. Ao preço real da energia elétrica não viriam. Não viriam porque não havia atração.

Estive com o Ministro Ueki, em Pittsburg, que é a sede da ALCOA, quando ele, então, convidou — estava a direção da ALCOA — os convidou para virem investir, porque Tucuruí já estava em marcha, havia aquela perspectiva de uma alta produção de energia elétrica, os convidou para virem investir. Mostrou os aspectos todos. Não se interessaram. Bem depois — creio que houve uma reunião, um exame melhor do mundo, mais de um ano depois —, então eles tomaram essa decisão de vir para São Luís.

Posso dizer isto: ao preço real da energia de Tucuruí, não viriam os investidores. Nem os japoneses teriam vindo associar-se com a Vale do Rio Doce e nem esses grupos americanos ter-se-iam instalado.

Esta, a minha impressão pessoal.

Então, a opção é essa: termos ou não termos investimento que, a meu ver, foi bom, apesar de aspectos negativos que possa ter, mas foi bom tê-los.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Sr. Triches, a Companhia Vale do Rio Doce é a maior produtora e exportadora de minério de ferro do Mundo, gozando de inegável prestígio nos mercados internos e externos. Detém uma expressiva fatia do mercado internacional do minério, conquistado e consolidado ao longo de várias décadas, firmando sólido conceito quanto à eficiência, confiabilidade e superior qualidade dos seus produtos.

Em paralelo com esse valioso patrimônio intangível, a Vale do Rio Doce conta, entre os seus haveres, com as jazidas de ferro do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais; a Estrada de Ferro Vitória—Minas; os postos de Tubarão e Praia Mole, as jazidas de anatósio e mióbio de Araxá; a usina de jelotização em Tubarão; a maior jazida de minério de ferro do Mundo, com 18 bilhões de toneladas do mais alto teor, em Carajás; as reservas

também localizadas na Região Norte, diversos minerais não-ferrosos, tais como manganês, cobre, bauxita e ouro; todo complexo mineração-ferrovia-porto do Projeto Carajás—Itaqui; dezenas de empresas controladas e coligadas, entre as quais ressaltamos a DOCEGEO, DOCE-NAVE, FLORESTAS RIO DOCE, VALE-SUL, ALBRÁS, ALUNORTE, MINERAÇÃO RIO DO NORTE e diversas subsidiárias no exterior como Rio Doce, Finance Limitada, Grand-Cajman, Rio Doce Internacional, em Bruxelas, Itabira Internacional, Nassau, Rio Doce America, Rio Doce em New York, Califórnia Steel Industry; possui ainda importante acervo de conhecimento tecnológicos, geológicos acumulados e desenvolvidos ao longo de décadas, pelos laboratórios, Departamento de Tecnologia, pelas alas operacionais e pela DOCEGEO. Todo esse imenso patrimônio fruto do trabalho árduo de uma dedicada equipe de funcionários e dirigentes, mas fruto, também, de facilidades e concessões que foram outorgadas à empresa pelo Governo e pela sociedade brasileira, todo esse patrimônio aparece nos registros da empresa, conforme o balanço de dezembro de 84, trazido apenas em valores da ordem de 2 bilhões e 300 milhões de dólares.

Na opinião de V. S^a, que, como integrante, durante tantos anos, ao Conselho de Administração da Companhia, deve estar mais familiarizado com o seu acervo, qual seria a ordem de grandeza do valor real desse fabuloso patrimônio?

Gostaria ainda de lembrar que V. S^a aqui nos informou que só na construção da Estrada de Ferro de Carajás houve uma economia de um bilhão de dólares.

Poderia V. S^a, responder a esta indagação, com relação ao patrimônio da Vale do Rio Doce?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Fui informado que está sendo convocado o Dr. Samir, que foi Diretor-Financeiro da Vale do Rio Doce e ainda faz parte dos quadros, chefiando o nosso Escritório de Nova Iorque, hoje, deve estar no Brasil, acredito, para trazer a esta Comissão informações precisas sobre isto, acho que com muito mais autoridade do que eu e mais conhecedor dos números.

Apenas posso dizer o seguinte: sei que essa pergunta teria, presumo, pelo menos tem por escopo aquela colocação de debêntures que foi feita por um certo valor, quando recebemos acusações de termos dilapidado o patrimônio da Vale por um valor baixo. Há um valor virtual de uma ação da companhia, que seria no caso de liquidação. É um valor que nunca vai funcionar, que seria o valor do patrimônio real mesmo, não o de balanço, dividido pela número de ações — o valor virtual da ação. E há um valor de ações na Bolsa, que é o que gira por aí, que hoje pode ser comprado, está aí a Bolsa de Valores, qualquer um pode ir lá e comprar. O valor virtual da ação, preferiria que uma pessoa mais autorizada do que eu, um homem da área financeira, que sei que já está convocado, trouxesse esse valor, porque eu traria números que não teriam muito significado.

De modo que peço desculpas, Senador, por não lhe poder dar esse dado. Se tivesse sabido eu teria colhido esse dado, mas não o tenho.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — De qualquer maneira, pergunto a V. S^a se entende que esse valor contábil de 2 bilhões e 300 milhões de dólares estaria muito abaixo do valor real do patrimônio.

O SR. EUCLIDES TRICHES — Sim, muito abaixo, evidentemente V. E^a diz bem, só Carajás...

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Quando os atuais administradores assumiram a Direção da Companhia, em março de 79, a União detinha 80,4% do capital social. Atualmente a participação acionária da União seria apenas de 5,8%. São corretos esses percentuais?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Creio que sim. Quanto foi que V. E^a falou?

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — 80,4% em 79 e 50,8%.

O SR. EUCLIDES TRICHES — Não tenho aqui, mas deve ser essa ordem, sim. Não tenho esse valor aqui.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Em maio de 84, a participação acionária da União teria caído abaixo de 50% — 49,3, caracterizando, portanto, a perda do controle acionário, o qual só foi retomado mediante operação de emergência de compra, pelo Tesouro, de 20 milhões de debêntures conversíveis em ações, e que foram imediatamente convertidas. São verdadeiros esses fatos?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Sim. Houve um determinado dia que eu estava respondendo pela Presidência da Empresa. — O presidente estava na Europa — fui avisado por esse Diretor-Financeiro, Dr. Samir Sraik, que me procurou e me fez sentir que tínhamos em caixa, na Companhia, um determinado número de debêntures que haviam sido devolvidas pelos tomadores, porque achavam que a bentatuação que havíamos feito não era convidativa, e que manifestou a preocupação quanto à manutenção desses 50%. Entendeu que nos deveríamos dirigir à União, para que a União comprasse essas debêntures. Isso foi feito. Foi redigido pela própria área financeira um telex, foi enviado ao que estava respondendo pelo Ministério na época, houve uma movimentação rápida e a União as comprou.

Quanto ao controle da União, é um assunto que está muito debatido. Uns entendem que deve ser o controle só da União; outros entendem que é da União e das empresas que ela controla, como o BNDES e outras empresas. Está é uma dúvida que existe.

Digamos, a União mais as suas empresas, nunca houve a perda do controle. Estivemos perto e preocupados, sem dúvida nenhuma. Só a União, creio que um dia, um dia ou dois, possa ter caído abaixo de 50%, mas foi em seguida sanado o problema, sem, assim, mais o aspecto moral, sem maiores perigos, porque isso demandaria a união de todos os acionistas de fazerem valer a sua força, um pouco teórico. Creio que um dia ou dois tenha caído. Tanto está que aquelas emissões de debêntures, na terceira nós paramos, porque vimos que aquilo de fato, se continuasse, poderia oferecer algum perigo.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — De qualquer maneira, nessa altura em que V. S^a estava no exercício da Presidência, dirigiu o escritório ao Governo, enérgico, alertando sobre os riscos de perda de controle e a necessidade de providências por parte do governo.

O SR. EUCLIDES TRICHES — Exatamente foi pedido.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Para um pedido de esclarecimento sobre o assunto, concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, esta discussão já reportou, várias vezes, em nossos debates.

Fala-se em problema ou perigo de perda do controle. Ao que entendo, nunca existiu, objetivamente, esse perigo, de vez que, mesmo na fase de maior baixa da participação do Tesouro, ainda havia participações de entidades públicas controladas pelo Tesouro, como o BNDES e a Caixa Econômica Federal.

Mas o meu ponto de vista é mais radical. Oxalá tivesse havido esse perigo, e não sei por que o ilustre Presidente decidiu alertar o Governo do perigo de perda de controle, porque o que estava ocorrendo era o perigo de se cumprir a Constituição. Não considero cumprir a Constituição nenhum perigo. E que diz a Constituição no seu art. 163?

"São facultados a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei federal" — numa condição — "quando indispensável por motivo de segurança nacional" — outra condição — "ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficácia num regime de competição e de liberdade de iniciativa, assegurados os direitos e garantias individuais".

Não há, portanto, constitucionalmente, nenhuma razão para os que o Governo mantenha o controle da

Vale do Rio Doce. Pelo contrário, pela constituição, devia, há muito tempo, ter-se desfeito desse controle, porque não é indispensável a exportação de minério, para a segurança nacional. Inúmeros países importam minério e têm a sua segurança garantida; outros países exportam minério, através da iniciativa privada. O Brasil o faz também. Existe capacidade da iniciativa privada. Sob o ponto de vista de segurança nacional, a produção de feijão é muito mais importante do que a exportação de minério. Se exportamos ou não minério, não haverá motim nas ruas. Se não produzirmos feijão, haverá sim motim nas ruas.

Não entendo, portanto, essa expressão "perigo de perda de controle". Mas o Governo não devia ter o controle dessa atividade. Havia justificativa para tê-la na fase inicial. Na fase inicial, tratava-se de uma iniciativa pioneira. Haveria que negociar com governo estrangeiro a compra da Itabira Ivon Mining Company; tinha-se que comprar uma estrada de ferro. A interferência, àquele tempo, do Governo era justificada. Hoje não há justificativa nenhuma. Por isso não vejo nenhum perigo de perda de controle. Acho que é um dever constitucional de transferência de controle pela União à iniciativa privada.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Volto a palavra a nobre Senador Severo Gomes.

O SR. EUCLIDES TRICHES — Sr. Presidente, pediria um minuto para responder.

Senador Roberto Campos, realmente, por uma questão de semântica, talvez a palavra "perigo" tenha sido usada de maneira imprópria.

Como respondi ao Senador Severo Gomes, a união com outras empresas, BNDES e outras, de fato sempre garantiram mais de 51%. A palavra "perigo" foi usada porque a Vale do Rio Doce foi criada por lei do Congresso Nacional, e nós, administradores do Vale na época, não tínhamos poderes para passar por cima do Congresso Nacional. Então, a palavra "perigo" é justamente isso, nós ferimos uma lei federal, fazendo com que a União deixasse de ter...

O SR. ROBERTO CAMPOS — Haveria um parecer, da Constituição. A Constituição prevalece sobre a lei. O que vale: a lei ou a Constituição? É a Constituição.

O SR. EUCLIDES TRICHES — Sim, mas V. Ex. há de compreender que não seríamos nós, os administradores da Vale, que iríamos deixar a iniciativa privada tomar conta da Companhia, entendendo, pelo nosso serviço jurídico, que isto viria ferir uma lei federal.

O SR. ROBERTO CAMPOS — O seu Serviço Jurídico não estudou a Constituição. Se tivesse estudado, concluiria que não só não há perigo, como há a obrigação jurídica de transferir à iniciativa privada, de vez que cessaram de se caracterizar as condicionantes da intervenção do Estado no domínio econômico dentro do art. 163 da Constituição.

O SR. EUCLIDES TRICHES — Mas cabe ao Congresso verificar se isso está acontecendo e mudar a lei.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Quando a lei foi feita, caracterizavam-se determinadas circunstâncias de inapetência ou incompetência da iniciativa para negociar com governo estrangeiro, para fazer um processo de encampação, para comprar uma ferrovia. Mas isso é um dado histórico do problema. A partir daí a situação evoluiu e deixaram de se figurar as condicionantes indispensáveis à intervenção do Estado.

O que o seu Departamento Jurídico deveria ter dito era exatamente isso — art. 163 da Constituição Federal.

O SR. EUCLIDES TRICHES — Uma coisa posso-lhe afirmar, Senador: a afirmação que V. Ex. está fazendo realmente discorda de tudo o que a Companhia Vale do Rio Doce pensa com todos os seus serviços e suas assessorias até de fora da Companhia; é um ponto de vista respeitável de V. Ex. e que, a meu ver, que não sou homem conhecedor profundo de leis, poderia traduzir em um projeto de lei no Congresso e mudar o que está estabelecido, tudo perfeito. Mas nós da Companhia entendemos que não poderíamos mudar sem o consen-

timento do Congresso Nacional através de uma nova lei.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Volto a palavra ao Relator Senador Severo Gomes.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Sr. Euclides Triches, a propósito dessa questão, do lançamento de debêntures e do risco de perda de controle por parte da União...

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, objeto à expressão "risco de perda de controle"... Isso é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — A palavra está com o nobre Senador Severo Gomes.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — A minha tranquilidade para indagar e procurar esclarecimento que o Relator necessita. Então, foi aprovada uma emissão do equivalente a 250 milhões de dólares, e chegaram a ser lançados 180 e depois o Tesouro recomprou 20 milhões de dólares. Esse conjunto de debêntures, a primeira pergunta é: — Se terminada a operação do lançamento dos 250 milhões de dólares, teria a Vale do Rio Doce perdido o controle acionário sobre a Empresa?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Com os 250?

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Sim.

O SR. EUCLIDES TRICHES — Não, não?? A memória não me ajuda para responder precisamente.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — A outra questão é: se esses 180 milhões de dólares, convertidos em ações, significou a apropriação de ações em torno de 25%.

Como nós sabemos, até o valor contábil, sem falar naquele verdadeiro valor da empresa, que o Tesouro vendeu, realizando uma importância relativamente pequena, perto da dimensão da economia da Vale, sob a alegação de recursos para financiar a construção da ferrovia, e que na verdade os investimentos lá tinham uma dimensão muito maior. Acha V. Ex. que foi uma política correta essa alienação de uma parcela tão grande do patrimônio para a realização de um volume tão pequeno de recursos para financiar essa etapa final em Carajás?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Eu sou responsável, co-responsável com o Conselho, porque não aprovamos tudo isso que foi feito; nós aprovamos as emissões de debêntures conversíveis em ações, chegamos até à terceira, quando houve um alerta dentro do Conselho, de que nesta marcha nós iríamos conduzindo a União a uma perda de controle da Companhia. Então paramos. Paramos e todos entenderam isto e nós decidimos parar. Hoje, já há uma certa distância desses fatos todos, eu confesso que eu procederia de maneira diferente. Porque, depois desse nosso procedimento houve atitudes do Governo Federal com relação a essas empresas que me parecem mais interessantes. Por exemplo, aquela do Banco do Brasil quando resolveu lançar ações no mercado, e lançou em milhares de postos em todo o Território Nacional. Agora a PETROBRAS também vai lançar ações no mercado, ações do BNDES e de outros, e lança parece que em 2 mil postos, inclusive estabelecendo um teto superior e inferior de compras dessas ações. Eu entendo que organismos dessa ordem, por exemplo, Vale do Rio Doce, que é uma condutora da política do minério de ferro, por Decreto-lei de 64, ela recebeu essa autorização, então essa Empresa tem que estar muito entrosada com o grosso da população brasileira para ter o seu suporte. Hoje eu preferiria não mais lançar debêntures, lançar ações, aumentar o capital mesmo, se fosse o caso de necessitar desse dinheiro. E os fatos posteriores nos mostraram que, de fato, se conseguiu dinheiro no exterior, a situação do minério melhorou, com essa maxidesvalorização do cruzeiro entraram muito mais recursos, a despesa foi feita no seu grosso em cruzeiros e não em dólares, tanto está que houve essa redução no investimento de 1 bilhão de dólares, mais ou menos, talvez até mais. Hoje o meu comportamento seria diferente, eu não procederia mais daquela forma, embora esses

250 milhões eram uma cláusula com o Banco Mundial, que V. Ex. sabe, que é uma peça chave para qualquer plano de empréstimos exteriores. Se o Banco Mundial não concorda, ninguém tem. No momento em que ele dá a luz verde, as coisas ficam mais fáceis. Era uma exigência dele que se captasse aqui dentro do País esse montante de 250 milhões de dólares.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — V. Ex. informa que quando o lançamento de debêntures atingiu o nível de 180 milhões de dólares, houve um alerta à administração da empresa, mas como a aprovação anterior era para o lançamento de 250 milhões de dólares, é evidente que quando houve a decisão já havia um pleno conhecimento de que com aquele lançamento haveria uma perda de controle, haveria um espírito deliberativo de perda de controle e de privatização da empresa?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Isso, evidentemente, eu não posso dizer, porque os homens responsáveis por isso, entre os quais eu me incluo, não tinham esse propósito, tanto está que quando nós chegamos à terceira edição e percebemos que poderia acontecer esse fato, nós trancamos tudo, todo o grupo administrativo da Companhia.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — No depoimento anterior tomado aqui, pela Comissão, diante de uma pergunta com relação a essa questão da privatização, e a pergunta vinha de informações de que na área do Ministério da Fazenda e do Planejamento havia a deliberação da privatização da Vale e o ex-administrador, ex-Conselheiro da Vale, o Dr. Cordeiro de Farias, nos confirmou, aqui, de que realmente as notícias que vinham transmitidas pelo Presidente da Empresa, de que o objetivo era o da privatização, quer dizer, essas forças dentro do Governo, de início, desejavam a privatização da Vale do Rio Doce.

O SR. EUCLIDES TRICHES — Bem, o fato da União não usar a parte que ela tinha direito nessas operações financeiras, nos causou alguma estranheza, evidentemente. Significava que a União estava se retraindo e deixando justamente que a iniciativa privada avançasse na tomada das debêntures. Agora, se era propósito do Governo Federal seguir essa orientação de privatizar a Companhia, não sei, porque se tivesse essa intenção deveria ter apresentado, a meu ver, um projeto de lei ao Congresso, modificando a lei que criou a Vale do Rio Doce. Não o fez, por este artifício, não creio que conseguisse.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — De qualquer maneira, não só com o lançamento de debêntures, mas com venda de ações que o Tesouro realizou, havia um claro indício porque esse procedimento iria levar...

O SR. EUCLIDES TRICHES — Se não fosse estancada aquela marcha em que nós vínhamos vindo da União perderia o controle.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Ilustre depoente fala que a União perderia o controle, a União somente ou a União com todos os seus órgãos? BNDES e todos os que possuem ações? Se chegasse aos 250 milhões de dólares a União como um todo, com todos os seus órgãos perderia o controle ou somente a União?

O SR. EUCLIDES TRICHES — Eu respondi a essa indagação do Senador Severo Gomes, que é uma indagação que eu não tenho números exatos para dar uma resposta, quem poderá dá-la com precisão é o Diretor Financeiro que já está convocado para isso.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Sr. Presidente, creio que posso responder a essa pergunta, porque na época a contestação da Vale do Rio Doce dizendo que não havia nenhum intuito mostrava que na posse do BNDES e do Banco do Brasil e de outros organismos havia apenas o equivalente a 6,5% de ações, na Vale do Rio Doce. Sem dúvida nenhuma com 250 milhões de dólares estaria perdido definitivamente o controle acionário da Vale.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Está satisfeito Senador Jutahy Magalhães, ficou esclarecido?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com o próximo depoimento nós saberemos com segurança essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Agradecendo ao Dr. Euclides Triches o seu depoimento, a maneira clara como o fez, convido o Dr. Walter Rocha para prestar o seu depoimento.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Apenas queria esclarecer que não é unânime aqui a concepção de perigo de privatização. É um dever de privatização.

O SR. WALTER ROCHA — Juramento: "Juro, como dever de consciência, dizer toda verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detém a maioria acionária".

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Dr. Walter Rocha, ex-Vice-Presidente da Vale do Rio Doce.

O SR. WALTER ROCHA — Considero, naturalmente, não apenas uma obrigação legal, mas uma satisfação poder, na medida das minhas limitações, trazer algum subsídio, aqui, para a Comissão.

Embora a convocação que eu tenha recebido não indique explicitamente sobre que área concreta de interesse a Comissão julga que eu poderia lhe ser de alguma validade em termos de depoimento, vou de pronto indicar entre todas as matérias que poderiam ser tão relevantes, aquelas que no meu entender depois de reflexionar maduramente é aquela que é menos conjuntural, embora existam aspectos conjunturais que outras pessoas possam considerar de maior relevância, como o problema, por exemplo, referente à questão dos números relativos, ao índice de controle acionário ou não. Eu acho, que essa matéria é matéria passada, cabe ser debatida para se tomar e extrair lições daí. Mas, eu me preocupo sobremaneira com um assunto que é presente. Esse sim é um assunto que me preocupa e eu creio que esse eu posso trazer algum depoimento de natureza e de preocupação pessoal que não foram despertados e nem criados agora. É matéria que eu já tenho há muito tempo, é o problema do papel do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce.

Como os Srs. têm conhecimento, em abril deste ano houve uma determinação do Governo, alterando substancialmente o conceito, a operação, o método de ação do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce, matéria que, me causou extraordinária preocupação e que eu acho, dentro da minha óptica limitada, a matéria mais importante.

Antes de encerrar aqui, minha introdução eu sinto que devo explicar porque essa matéria me pareceu tão relevante. Aí eu sou obrigado — com o perdão dos Srs. a fazer alguns comentários de natureza pessoal que são necessários para essa clarificação. Eu tenho prazer de conhecer o Ministro César Cals de há muito tempo, praticamente no início da minha atividade profissional, talvez lá pelos anos 5 após minha formatura, eu e ele tivemos o prazer de trabalhar juntos na Divisão de Energia da SUDENE, a convite do Economista Celso Furtado. Então, o nosso conhecimento e a nossa amizade provém de uma experiência profissional conjunta, nos conhecemos trabalhando juntos. Passei lá quatro anos e em final dos anos 63, como tinha assumido um compromisso que foi aceito pelo economista Furtado de que não ficaria mais de três anos na SUDENE, queria voltar à atividade privada de consultoria, e quando ele me pediu para ficar mais um ano eu me retirei e nesse intervalo o atual Secretário-Geral do Ministério, Antônio Xeme convidou-me para passar um tempo na ELEKTROBRÁS organizando a área de planejamento. Fiquei lá cerca de três, quatro meses e depois resolvi voltar à área privada, fui para São Paulo trabalhar em consultoria com uma firma internacional. Mas, mantive todos esses anos, contato com o Sr. Ministro César

Cals, seja em suas atividades como Presidente da então Companhia de Eletricidade de Boa Esperança, seja como Governador do Ceará, seja como Presidente da ELEKTROBRÁS, e foi dentro desse contexto de manutenção, de conhecimento de trabalho, de opinião, de amizade pessoal que quando o então diretor da ELEKTROBRÁS, foi convidado pelo Governo para ser Ministro das Minas e Energia, ele me chamou em São Paulo, onde eu estava no setor privado, e me disse: você vem para cá porque eu gostaria de ter a sua colaboração. E me deu a honra de dizer, olha eu tenho aqui alguns pontos, algumas áreas que eu tenho compromisso. Mas, dado o nosso grau de amizade, eu tenho as minhas idéias de onde você poderia ser mais útil para mim, mas eu te deixo a liberdade de, dentro dessas limitações, escolher o lugar que você deseja trabalhar. E, eu disse: eu quero trabalhar no Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce e disse por que, eu não tenho menor interesse de sair do setor privado para entrar na área executiva de uma empresa como a Vale ou como a PETROBRÁS, NUCLEBRÁS por mais importante que seja, eu acho que o Conselho de Administração da Vale é um Conselho que me fascina muito, eu acho que é um Conselho que tem uma concepção muito clara de funcionamento, é um Conselho onde as pessoas funcionam tempo integral, é um Conselho que efetivamente pode emitir opiniões e formular políticas. Então, é um Conselho onde aquela experiência que eu tive no setor privado, essa experiência quer eu tive no Governo — você mesmo como Ministro de Estado — eu posso dar contribuições que poderiam ser interessantes, válidas para o Presidente da Empresa. Assim foi e por isso que eu me atenho muito a essa questão do Conselho.

É meu melhor julgamento, Srs. Senadores, de que o Conselho, com a sua relação de débito e crédito normais em pessoas, coisas que talvez tenham agido não muito bem, coisas em que tenham errado, de um modo geral, cumpriu plenamente a sua missão, e foi extremamente útil e extremamente necessária.

Há uma série de episódios que se poderiam cometer. Se por acaso for do desejo dos Senadores que ele apareçam, na medida do meu conhecimento darei depoimento sobre a participação do Conselho de Administração.

Então, entendo que ocorreu faz parte do largo espectro do que é a ação humana, ainda que coletiva: coisas muito bem, coisas menos bem, coisas regulares, coisas ruins, eu acho que em nenhum momento houve a desídia, a má fé; houve sempre o espírito público de todos. Entendo que todos carregam a sua carga de prós e contras e saí da Companhia com o espírito tranqüilo. Agora fiquei realmente intranqüilo quando tomei conhecimento, pelo Diário Oficial, de uma maneira, no meu entender, completamente anômala dentro das limitações do meu conhecimento legal, aparentemente completamente ilegal, como se mudou o Estatuto do Conselho de Administração.

Acho que a Companhia Vale do Rio Doce, com qualquer que seja a área superior de direção, não estou fazendo julgamento sobre a qualidade, sobre a validade, sobre a excelência ou não, de qualquer membro da Diretoria, do Conselho ou da Presidência, eu acho que ela está mortalmente ferida. Essa é uma matéria que aconteceu agora, aconteceu nesse Governo, mudou profundamente uma coisa que vinha dando certo e eu me sinto, não quero trazer nenhuma conotação, emotiva à mais do que as minhas naturais limitações de conseguir manter-me à plena frieza de racionalidade, francamente frustrado. Acho que fui chamado para prestar alguma ajuda numa área, dei o melhor, acho que somou a minha ajuda, a do Dr. Triches, a ajuda de todos, acho que fizemos um trabalho bom, com méritos e demérito no mais, mas se jogou para fora toda a experiência do passado; se jogou para fora tudo aquilo que era realmente positivo. Então, esse é um ponto realmente; que fico extremamente perplexo. Essa é uma matéria que se a Comissão...

O SR. ROBERTO CAMPOS — V. S.ª me permite um aparte?

O SR. WALTER ROCHA — Pois não.

O SR. ROBERTO CAMPOS — O que era positivo no passado?

O SR. WALTER ROCHA — O que era positivo no passado?

O SR. ROBERTO CAMPOS — Essa expressão, assim, global.

O SR. WALTER ROCHA — Ah?? Era muito positivo no passado que o Conselho de Administração estava presente nas coisas concretas. Ele, a Presidência e a Diretoria estavam permanentemente reunidos. Havia, inclusive, comitês especializados; havia um comitê de finanças, de desenvolvimento, de administração; todos os trabalhos mais importantes, o trato com projetos, com coisas realmente significativas. Vou citar a V. Ex.ª alguns exemplos. Por iniciativa do Conselho, em plena harmonia com a Presidência, a Companhia Vale do Rio Doce contratou Consultoria Internacional para ver o exame da organização estratégica da empresa com consultores de Boston; tivemos consultores internacionais, também, para ajudar a área executiva, para assistí-la na melhor conceituação da implantação do Projeto Carajás; tivemos um sem-número de atuações conjuntas em comitês especializados. O Dr. Triches era o Presidente do Comitê de Finanças. Em certo momento, o meu companheiro Dr. Hélio Bento, durante seis meses, foi presidente de um comitê, ad hoc, que foi criado especificamente para, durante um prazo limitado, estar presente junto à firma de consultoria Arthur Selito. Esta é uma atividade, Sr. Senador, por definição full time. Eu não tinha outro emprego, o que o Governo me pagava era o que eu recebia como salário; eu estava lá. Acredito que lá fora, no setor privado, talvez pudesse ganhar a mesma coisa, um pouco mais. Mais é um trabalho muito importante e eu me sentia muito reconfortado e muito animado. Confesso que hoje, se por acaso me chamassem para assumir essa posição, eu não aceitaria. certamente tão qualificadas quanto nós. Eu não quero, em nenhum momento, achar que os atuais membros do Conselho de Administração no seu novo formato não sejam qualificados até podem o ser mais do que eu fui ou do que outros companheiros o foram; mas acho que não têm chances, não têm ferramentas, não têm contatos e não têm vivência. Não é possível um Conselheiro morar em Minas Gerais, em Belém do Pará, e vir aqui uma vez por mês, na Companhia Vale do Rio Doce, ficar um ou dois dias num hotel, e, por mais informações que possa receber pelo correio, por mais eficiente que seja o sistema de comunicação, ele não tem o que se chama a vivência do concreto.

Quando eu li o parecer do Consultor-Geral da República, eu pensei: o homem fala da necessidade de se ter a vivência do concreto; não há vivência de concreto em reunião de um mês para o jetton. Eu acho que isso é um retrocesso extraordinário, é um retrocesso, neste momento, nesta Nova República, quando se imaginava que as coisas tomariam rumos mais abertos. Então, onde havia uma oportunidade para um debate, fecharam-se as portas. Então, realmente, isso é uma matéria de profunda frustração para mim.

Peço perdão por talvez ter-me estendido um pouco mais, mas essa matéria me preocupou muito e é fonte de preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Eu gostaria de fazer apenas duas ponderações: Houve alguma decisão que legalmente dependesse do Conselho de Administração, que tenha sido tomada sem a anuência do Conselho de Administração?

O SR. WALTER ROCHA — Não. Não houve.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Segunda: o dilema apresentado pelo ilustre conselheiro é um antigo dilema de gestão de empresas. Quando se quer diretores presentes full time, o campo de recrutamento de talentos diminui consideravelmente; quando se procura uma variedade de experiências, não é possível ter membros do Conselho de Administração full time localizados na sede. Alguns serão banqueiros, outros serão estadistas,

outros serão economistas, e há, portanto, que escolher entre a plena presença do Conselho de Administração, mas então uma área muito mais curta, muito mais encolhida de recrutamento de talentos ou um sistema misto, em que há diretores executivos presentes e membros de Conselho de Administração recrutados de várias áreas, de várias cidades, refletindo várias experiências.

Especificamente, no caso da Vale do Rio Doce, não sei qual seria a melhor solução, mas suspeito de que o que a Vale do Rio Doce necessita, dada exatamente a dimensão do seu império, é de uma variedade de experiências, experiências de engenheiros, experiências de economistas, experiências de homens de Estado, coisa que dificilmente se poderia obter num Conselho de Administração localizada sob o mesmo teto, numa determinada cidade, ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Dr. Walter.

O SR. WALTER ROCHA — Senador, o que V. Ex^a fala é justo e é válido. Esse tipo de reflexão, certamente, também já foi considerado.

Eu comentaria duas coisas: essa matéria foi amplamente discutida, por exemplo, quando se examinou o relatório da Empresa Arthur Delito, quando se cuidou da reorganização estratégica da empresa. Efetivamente, um dos modelos lá sugerido era um modelo um pouco similar aos que V. Ex^a está indicando, onde se teria um Conselho de Administração, digamos, com essas características mistas. Ele seria, um dos formatos, um Conselho de nove membros, três fariam parte da área executiva da empresa, e outros seis, em geral, da comunidade de negócios, de finanças ou profissional, sendo que esses outros seis teriam as seguintes características: três seriam em *full time*, e os outros três teriam essas características *part time*.

Eu acho que nós podemos divergir, podemos estar com certa similitude na aritmética, mas eu acho que a Empresa Arthur Delito foi muito enfática quando, de uma forma diferente da que eu expus, ela foi muito enfática na necessidade do acesso ao concreto, havia acesso ao concreto, quer dizer, entre nove haviam seis pessoas, além daquelas que obrigatoriamente teriam que ter acesso ao concreto, que, pela interação entre as três e as outras seis, naquele conselho, tinham conexão sempre com o que estava se passando.

Mas eu ainda aduziria um outro aspecto complementar: Se isso é válido, digamos, numa grande empresa, imagine nessa companhia? A companhia, de fato, quer se queira, quer não se queira, é muito mais uma empresa não sobre o aspecto formal, mas ela é de fato muito mais uma empresa *holding*. Na realidade, o Conselho de Administração tem que se comportar quase como se fora a diretoria, os *officers* de uma empresa *holding*. No Conselho de Administração se faz, sob certo aspecto, a gestão muito superior, claro, em nível muito elevado, de um sem-número de empresas associadas a algumas em que a União tem maioria, no caso Albrás Alunorte, outras em que têm apenas 46% de ações, como é o caso da Mineração Rio do Norte, onde existe Conselho de Administração e Diretoria. Eu tenho, por exemplo, experiência grande na área da bauxita, eu fui Presidente do Conselho de Administração da Mineração Rio do Norte. Havia um *board* com a presença dos acionistas estrangeiros e nacionais. A Vale e a Alcan eram as *co-managers* da Mineração Rio do Norte, e o *board* tinha uma função muito importante, estava lá reunido. Ainda que esse *board* tivesse um espectro de atuação muito largo, eu asseguro que nenhuma decisão, eu nunca levei a voz da empresa Vale do Rio Doce àquele *board*, embora dele fosse *charmain*, sem antes auscultar qual era a posição da Presidência e do *board* da Vale do Rio Doce. O que acontecia na Mineração Rio do Norte acontecia também em outras empresas.

Então, a necessidade do concreto pela complexidade da Companhia Vale do Rio Doce ainda se afigurava como mais importante. Então, eu posso achar que o formato desta ou daquela forma seja mais feliz, mais apropriado ou não, mas eu acho que a necessidade substantivamente do acesso ao concreto, isso é, Senador, uma coisa realmente importante.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Continua com a palavra o Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Era o único comentário que eu tinha a fazer. Tinha comentários genéricos sobre a precedente exposição, mas não acredito útil fazê-los neste momento.

O SR. PRESIDENTE — (Cesar Cals) — Algum outro Senador está desejando usar a palavra? (Pausa.) Então, passo a palavra ao Relator, Senador Severo Gomes.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Dr. Walter Rocha, no depoimento que nós tivemos aqui na Comissão do Dr. Cordeiro de Faria, ele fez referência a essa alteração do estatuto da Vale do Rio Doce, e que, no entender dele, deixava uma enorme perplexidade, porque o Consultor da República, Dr. Bessone, teria dado um parecer negativo, contrário à mudança dos estatutos da Vale, e que esse parecer teria sido aprovado pelo Senhor Presidente da República, e que, nada obstante, ocorreu a transformação tal como se continha na proposta da Diretoria da Vale. Hoje, V. S^a usa até a expressão "aconteceu uma anomalia "ou" a empresa está mortalmente ferida". A minha pergunta é a seguinte: Essas transformações vêm no bojo de determinado conflito, quer dizer, quais são as forças e quais são os interesses que se juntaram para operar essa transformação e qual seria o seu intuito?

O SR. WALTER ROCHA — Senador, eu confesso que a minha formação e a minha tendência não me levam muito, embora eu respeite o tipo de formulação que V. Ex^a coloca, eu não me sinto à vontade para ver a questão das forças, entende, eu não consigo pegar bem o sentido. Posso dizer o seguinte: em termos da experiência concreta, vivida, eu acho que era um modelo que tinha basicamente méritos, podia ser aperfeiçoado aqui ou acolá, como tudo na vida. Eu acho que o balanço dele foi muito positivo. Na ocasião em que funcionávamos regularmente, é verdade, havia, em certos momentos, dificuldades muito grandes, porque não se trata de comentar assuntos personalizantes, não é esse meu espírito, mas flagrantemente havia um descompasso entre a posição que o Presidente assumia, em reiteradas reuniões de Conselho, e a posição que o seu segundo homem assumia, o Vice-Presidente França Pereira, um homem de muita qualificação, tenho por ele bastante respeito, um técnico de finanças de primeira categoria, mas as colocações que ele fazia de como deveria ser o papel do Conselho eram bastante, às vezes, chocantes. Ele dizia: "Para mim o Conselho deveria se encontrar uma vez por mês, ter o seu *jetton*". Uma vez eu até me irritei e considerei que isso era até uma maneira pouco elegante de colocar esse assunto, quando ele próprio fazia parte do Conselho. Mas eu sempre relevei isso, porque a posição do Presidente sempre foi de apoio, encaminhou inúmeras vezes essas modificações, muda para cá, muda para lá, como é que é o Conselho da Vale, ele sempre encaminhou com muita clareza, e reiteradas vezes, informações e solicitações ao Sr. Ministro das Minas e Energia, que depois encaminhou à SEPLAN, confirmando a oportunidade e a necessidade de o Conselho funcionar dessa forma. Então, eu sinto apenas perplexidade. Eu acho que o negócio mudou. Eu não posso imaginar que tenha mudado sem que o Presidente da empresa estivesse de acordo, porque ninguém muda o que já existe se não é do seu desejo. Então, eu acho que o Presidente julgou que essa era uma medida importante para ele. Eu não considero isso uma força, eu considero isso uma questão de estilo, ele achou que era assim. Eu acho que isso não é uma boa coisa.

Respondi a sua pergunta, Senador?

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Eu já fiz aqui uma pergunta ao Dr. Euclides Triches que gostaria de repetir a V. S^a, deixando de fazer referência a todos os itens ligados ao patrimônio da Vale, pois inclusive, V. S^a já estava aqui no nosso debate anterior, e essa é a questão, do valor do patrimônio da Vale, que consta do seu balanço de 2 bilhões e 300 milhões de dólares, e a distância que separa esse valor contábil do real valor do patrimônio da Vale do Rio Doce.

V. S^a poderia dar, mesmo que, evidentemente, seja impraticável, vamos dizer, em números aproximados, que demandaria de um estudo técnico, mas, uma idéia de grandeza do que poderia ser hoje o valor do patrimônio da Companhia Vale do Rio Doce?

O SR. WALTER ROCHA — Senador, eu não me arriscaria a dar nenhuma idéia de grandeza. Eu me arriscaria a levantar alguns pontos sobre um problema de método. Eu encaro o seguinte: a literatura especializada, a técnica corrente, V. Ex^a sabe que existe aí no mercado do conhecimento uma série de maneiras de se calcular o valor de uma reserva mineral. Eu me lembro que quando há 25 anos eu estudava um pouco de engenharia econômica tinha a fabulosa fórmula de Roscow. Então, pode-se aplicar a isso ou àquilo, essas fórmulas levam em conta o valor do jazimento, a quantidade, certos parâmetros financeiros. Eu acho que poderia ficar fazendo contas aí. Mas eu acho que há uma coisa que torna todo esse exercício válido até um certo ponto. É que quando se tem um mercado que absorve dez, e uma mina que tem dois mil, então, eu diria: o mercado de dez, dois mil eu não diria, o mercado de dez durante duzentos anos vai chegar a trinta mil, ainda tem duzentos mil. É um exercício meio fútil, o sujeito quer saber o que vai haver além de 200; o que se pode dizer é que a mina é amplamente necessária e suficiente, e vai ficar por aí. Então, um terço de Carajás, sob esse critério, vale tanto quanto Carajás inteiro, certo? Eu diria que é um valor necessário, mas a se chegar a um valor. Eu diria que a única maneira de se pensar sobre isso é o valor como empresa, você projeta como a empresa se desempenhou gerencialmente nos 10 anos atrás ou vai-se comportar nos 50 anos para a frente, o problema dos dividendos, a política da companhia, o mercado, não só na Vale, voltando àquela minha tese de que a Vale de fato é uma empresa *holding*, principalmente em todo aquele segmento de empresas que estão com ela. Na Mineração Rio do Norte a Vale tem 46%. Quanto valem esses 46%? Só a título de comentário, uma coisa que me vem à memória, a Mineração Rio do Norte, no ano passado, embora seja uma empresa relativamente pequena na constelação da Vale, distribuiu de dividendos o equivalente a 20 milhões de dólares.

Muito bem. Eu acho que isso tem mais a ver com o valor da empresa do que se ela tem 200 milhões de toneladas de bauxita, 400 ou 500. Então, é o problema dela, a maneira como ela se estruturou, os seus associados, os mercados cativos, a sua eficácia. Isso teria que entrar também no mérito com as outras associações, com a celulose. Então, seria um trabalho de somatório, e mesmo assim seria obviamente impreciso. Mas, pelo menos, é uma outra aproximação, que sai daquela conversa de dizer: puxa?? Que gigantesca reserva mineral. É uma coisa que tenta juntar isso com os fatos da vida.

Então, eu só conseguiria ver isso através de um outro método.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — V. S^a coloca uma questão interessante. Existe um problema, que é o problema do mercado, o problema de uma empresa que tenha suas ações no mercado. O segundo é de que uma empresa, como a Companhia Vale do Rio Doce, detém um enorme patrimônio mineral. E o mercado é um instrumento muito frágil para se avaliar um patrimônio que diz respeito, vamos dizer a todo o futuro do País. As empresas têm que viver o valor das suas ações no seu dia-a-dia de distribuir dividendos, de tal modo que o interesse pelas ações seja ligado ao aplicador. Agora, a posição da Vale é uma posição singular. Ela é uma empresa estatal que detém esse imenso patrimônio. Poderia até ocorrer que, vamos dizer, com uma operação do tipo que aconteceu no passado, de se fazer uns 50% da correção cambial, ela passaria a operar prejuízos. Suas ações teriam um valor insignificante. Elas poderiam até ser vendidas, e teríamos então até o acontecimento de fatos, como a tendência, vamos dizer, no mundo, e a propriedade de uma jazida como Carajás, se transformasse numa mina cativa, de interesses fora do País. Esses valores não podem ser, no meu entender, e peço opinião de V. S^a, encarados apenas dentro dessa perspectiva a curto prazo do investidor que precisa realizar os seus lucros dentro de doze meses ou vinte e quatro meses. É o cidadão comum que está aí. A Vale do Rio Doce tem um patrimônio que diz respeito à maior empresa mineradora do mundo, com um patrimônio mineral da maior importância estratégica para se jogar no nosso futuro. Então é essa a questão que coloco para V. S^a: esse critério de mercado, o critério empresarial, é suficiente para o julgamento

do patrimônio da Vale do Rio Doce, cuja maioria das ações é de propriedade do Tesouro.

O SR. WALTER ROCHA — É uma matéria realmente muito difícil. O valor de mercado é uma coisa concreta. Vai lá na Bolsa para vender, vêm quem quer comprar, quem quer pagar, quanto alguém quer pagar e quanto você quer vender. Eu acho que à falta de outro parâmetro mais seguro, que é complicado, tem de ser por aí mesmo. Agora, há que levar em conta que esse método, embora seja justo, do ponto de vista do mercado, ele está sujeito a forças muito complicadas, forças no sentido, talvez não tão importantes como V. Ex.^a há pouco se referiu, sei lá, está sujeito a vetores que podem ter muita influência sobre eles, vetores fora do controle, a política cambial, vetores dentro do controle, uma mudança na posição do mercado de commodities de alumínio, por exemplo, e aí eu posso comentar um pouco mais em detalhe sobre isso, alterações na política de incentivos à exportação de lingotes de alumínio ou de gusa. Eu acho que a Vale, é, no fundo, eu tenho a impressão, é um animal invertido. Eu acho que, sem nenhuma intenção de desrespeitar o Ministério das Minas e Energia, a Vale é muito mais Ministério das Minas e Energia aqui — tem um ex-ministro, aqui do lado, na prática — do que o ministro, porque ela é um animal enorme que se move, em razão da sua natureza operativa com muita flexibilidade. O que ela faz, na prática ela condiciona. Houve até reconhecimento disso naquele decreto que diz que a Vale é o instrumento, é quase o instrumento informador. Não sei até que ponto ela forma política ou ela é instrumento; eu suspeito que ela forma mais a política do que instrumento. Até que ponto isso é uma situação contingencial necessária, válida ou não válida, eu não sei. Volto, de novo, ao meu ponto anterior; um conceito com pouco mais pluralidade, é de alguma forma uma presença mais ativa do Governo, mais permanente. Eu acho que essas forças ficariam mais mescladas. Então, eu acho que aos poucos se formaria melhor, com mecanismos mais remotos, um valor mais real, menos flutuante. A gente vê, por exemplo, hoje, a Bolsa, eu não sou expert em finanças e muito menos um expert em Bolsa, mas eu observo o seguinte: a Bolsa flutua, notamos uma componente valorizativa importante, sempre e normal, por motivos subjetivos ou objetivos, o público vê a Vale ou a PETROBRÁS como "blueship", uma coisa muito atrativa no mercado. Então, aquilo tem uma valorização muito grande e legítima, mas às vezes vejo flutuações, há uma componente especulativa muito grande, de vez em quando o negócio sobe e desce, e essa componente especulativa é um pouco preocupante. Objetivamente, eu observo que de quatro anos para cá — dentro da minha ótica — a componente especulativa de repente apareceu, eu tinha a impressão que havia muito mais a componente valorativa, agora parece que entrou um fenômeno especulativo. Lembro-me da nossa preocupação no Conselho quando no jornal tomávamos conhecimento de amplas flutuações na Bolsa e ficávamos sem saber o que deveríamos fazer, muitas vezes chegamos a considerar seriamente uma instrução das mais estritas vedando toda e qualquer tipo de informação, a mais operativa possível do mundo, sobre a empresa, que não ungida por um entendimento entre o Ministro, o Presidente da Companhia e com alguma assistência do Conselho, para fazer com que a Vale aparecesse no jornal só de seis em seis meses, quase que através do ministro, porque qualquer que havia dava sobressaltos que não eram sobressaltos de valorização eram sobressaltos de especulação. Vejo aí coisas absolutamente curiosas, coisas que são normais na empresa, projetos de cooperação internacional, onde, certamente, está muito identificada a presença do Governo brasileiro: troca de petróleo por minério de ferro com a China ou União Soviética. Minha impressão — não posso arriscar porque não tenho elementos — é que essa componente especulativa se alimenta dessas notícias e tem que ser encontrado um meio qualquer, porque a Vale, de repente, passou a ser empresa de especulação em Bolsa, coisa que não havia. A Vale era como uma viúva, austera que sempre ganhava dinheiro, até um pouco mais do que as viúvas, mas era uma empresa muito fechada, muito comedida, muito britânica e de repente eu a vejo sempre presente, com coisas que chamam a atenção desse mercado nervoso, que é esse mercado

especulativo; escutamos falar que existem blocos importantes de ações que estão sendo manipulados. Acho legítimo haver a Bolsa, acho que é trabalho da Comissão de Valores Mobiliários ter as suas boas regras, mas vejo que aquela Companhia que tinha uma conduta muito fechada, vis-a-vis deste tipo de fenômeno hoje ela está nos jornais; acho um negócio ruim, muito negativo. Alguma coisa deve ser feita, acho que a direção superior da Companhia tem o máximo interesse em tentar ver qual é o mecanismo que ela pode encontrar.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos, mas antes gostaria de alertar os Srs. Senadores que, pelo Ato nº 1 da Comissão, por ter sido iniciada esta reunião às 9 horas e 30 minutos o seu término deverá se dar às 12 horas e 30 minutos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, minha primeira observação é de natureza processualística, infelizmente devido ao atraso do avião de São Paulo, em uma hora, eu não pude estar presente ao início da reunião; parece-me que V. Ex.^a propôs que se interrompessem os trabalhos da Comissão, tendo em vista o esforço concentrado do Congresso. Eu entendia que, por reunião no gabinete de V. Ex.^a a maioria dos Senadores concordou em que se acelerassem os trabalhos desta Comissão de modo a terminá-la, impreterivelmente, no dia 29 de novembro. Já foi convidado um depoente que veio do exterior para aqui depor, o Sr. Samir Swaik. De modo que, Sr. Presidente, eu proporia que se mantivesse a escala original terminando os trabalhos no dia 29. Qualquer decisão contrária teria que ser tomada pela maioria da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Na verdade — respondendo ao questionamento do senador Roberto Campos —, pretendemos fazer uma convocação extraordinária da Comissão, tendo em vista a inviabilidade de cumprir aquilo que foi definido naquela reunião, por isso a nossa idéia de se fazer essa convocação extraordinária no final desta reunião.

Mas, de acordo com o parágrafo único, letra "c", do art. 179, do Regimento Interno, as sessões do Senado não se realizarão quando o seu período de duração coincidir, embora parcialmente, com a da sessão conjunta do Congresso Nacional.

E o Congresso Nacional está convocado para um esforço concentrado todos esses dias, até o fim da semana, e a própria Comissão Permanente também diz que não deve se realizar quando coincidir com as sessões ordinárias do Senado. Então, com a conexão dos dois, informa a Assessoria Técnica dos Senadores, não é possível realizar reuniões de Comissões quando estão sendo realizadas as reuniões do Congresso Nacional.

Este foi o entendimento da Presidência e nós vamos convocar para o fim da tarde, hoje, em uma hora em que se puder reunir, e que não estiver o Congresso reunido, a Comissão Parlamentar de Inquérito, tendo em vista a inviabilidade de se concluir a Vale do Rio Doce conforme aquele esforço e a definição, inclusive porque o Senador-Relator está solicitando a presença do Sr. Ministro Aureliano Chaves e de outros depoentes. Nós vamos convocar a reunião extraordinária para decidir.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Muito bem, então, reservarei os meus comentários, e eu discordo da interpretação regimental para esta tarde, quando for convocada a reunião extraordinária.

Gostaria de me referir brevemente a alguns tópicos que foram suscitados ao longo da discussão. É velha essa questão da definição, do valor, e o Senador Severo Gomes tem várias vezes insinuado que a valorização dada pelo mercado é inferior ao que ele chama valor real secreto, oculto, que eu chamo "valor sentimental" das ações da Vale do Rio Doce. Basicamente, ao longo da minha experiência administrativa tenho detectado na administração, particularmente naqueles estatizantes um critério de valorização que é esquisito, que eu chamo "o valor patriótico do tecnocrata sentimental". Ele imagina um valor diferente do valor do mercado, que ele tecnocrata patriótico sabe definir e que o mercado não sabe definir. Ora, meus Senhores, isso é um subjetivismo, a meu ver, totalmente sentimental: na

realidade, a melhor definição do valor de uma empresa é a definição do mercado. O mercado ao fazer a sua avaliação de valor, no caso, por exemplo, de uma empresa mineral toma, automaticamente em considerações, várias coisas: as jazidas existentes e o anúncio de novas jazidas; o mercado existente para o produto; a qualidade, variável da administração; a política do Governo em relação à taxa cambial, se se tratar de uma empresa de exportação; a rentabilidade atual e a rentabilidade potencial descontada no tempo.

Existem centenas de acionistas, milhares — diria — de acionistas da Vale do Rio Doce que não são imbecis, todos eles fazem os seus cálculos e avaliações. Como se isso não bastasse existem bancos e existem investidores institucionais que têm departamentos especializados em analisar precisamente essas coisas. O valor de uma empresa, o melhor valor de uma empresa é o valor de mercado. Não adianta sonharmos com jazidas ocultas, potencialmente ricas, se elas existem, elas têm um reflexo sobre o mercado e o mercado as avalia. Não adianta ter reservas se não existem compradores, não adianta ter reservas se não existe possibilidade de exportação.

Confiamos, portanto, no valor do mercado que é muito mais acurado, muito mais impessoal, muito mais objetivo do que a avaliação patriótica do tecnocrata sentimental.

Que essas coisas existem eu sei de experiência própria. Eu tive um grande debate, por exemplo, com o atual Ministro da Ciência e Tecnologia ao tempo do Governo Kubitschek, eu era Presidente do BNDES, ele era Deputado e inventou a campanha das areias monazíticas. As areias monazíticas salvariam o Brasil; delas viriam o tório, com o tório se alimentariam os reatores auto-regeneradores e o Brasil se transformaria numa grande potência nuclear. Visualizava ele navios carregados na calada da noite, carregando para os Estados Unidos areias monazíticas, senão mesmo aviões de campos ocultos carregando areia de contrabando.

Obviamente nunca foi construído nenhum reator auto-regenerador do tório, o Brasil não se transformou em potência nuclear por causa das areias monazíticas e o tório delas derivado ou nelas colhido. E, curiosamente, poucos anos depois, três anos depois, eu como Embaixador em Washington recebia pedidos lancinantes do Brasil para induzir os americanos a comprarem areias monazíticas, se fosse necessário em troca de algum outro produto, de trigo. E a reação que eu encontrei da parte do Departamento de Estado, era: sim, temos possibilidades de fazer doação de trigo ao Brasil, pela Lei-PL nº 480, e fala-emos, não queremos é importar areias monazíticas, isso nos traria custos de armazenagem, não saberíamos o que fazer com isso, preferimos doar trigo, ao invés de comprar as areias monazíticas que tecnocratas sentimentais aconselhando um deputado, e induzindo a crer, seriam valores extraordinários ocultos. Acautelemo-nos, meus Srs., contra a valorização patriótica do tecnocrata sentimental, o valor das empresas públicas e privadas é o valor de mercado.

Discordaria, um pouco, do Dr. Walter Rocha na sua acusação aos especuladores, acho que eles são instrumentos indispensáveis para dar liquidez ao mercado, não existiria liquidez no mercado se não houvesse especuladores. O mercado só se agiliza, só se torna líquido porque determinados cidadãos acreditam ter uma intuição diferente da do vulgo e, por isso, se apressam a comprar e se apressam a vender e, com isso, se garante a liquidez do mercado. Graças a Deus que existem especuladores, sem eles não existiria mercado, o mercado seria uma monótona repetição de lances, as ações não teriam simplesmente liquidez. É tempo de reabilitarmos os especuladores.

A propósito, vemos agora o Ministro da Fazenda indignado com os especuladores que elevaram a taxa de inflação, presumivelmente, vão elevar a taxa de inflação para 12% este mês. Ele ficou feliz quando esses mesmos especuladores de alimentos trouxeram a taxa de inflação de 14 para 9%, agora, está indignado porque os especuladores vão elevar a taxa de inflação de 9 para 12%, Srs. isso é de um primitivismo que chega a ser grosseiro, o especulador exerce uma função importante no mercado e, graças a Deus que a ação da Vale do Rio Doce, é hoje uma ação dinâmica, procurada pelos especuladores e não apenas uma ação de viúvas

recatadas. O capitalismo não se constrói com vitórias recatadas, contrói-se com especuladores e empresários ativos, dinâmicos e criadores.

Falou-se muito aqui, por exemplo, na possibilidade de uma escassez de manganês e, portanto, a necessidade de industrializá-lo, obviamente é útil, é conveniente industrializá-lo, mas não devemos temer escassez. Escassez de um produto é função basicamente de tecnologia e do preço. Na realidade, depois de quase exauridas as reservas de Serra do Navio o Brasil comprovou a existência de reservas muito maiores de manganês, seja em Carajás seja em Urucum. E, se houver escassez de manganês haverá incentivo para pesquisar, o Brasil é um país, praticamente, inexplorado, outras reservas surgirão. Preço, tecnologia e demanda é que determinam a escassez relativa de um produto. Consideremos o caso do ouro, parecia que o Brasil tinha deixado de ser um produtor significativo de ouro, só se falava da mina de Ouro Velho, os portugueses haviam levado todo o ouro do Brasil, o que sucede hoje? O Brasil, porque subiu o preço do ouro, porque o produto se tornou atraente, porque melhorou a tecnologia passou a ser novamente um grande produtor de ouro.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) - Lembraria ao nobre Senador que estamos às 12 horas e 29 minutos e às 12 horas e 30 minutos será encerrada esta reunião.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Então, prefiro encerrar já, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Eu ainda tenho questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — O Senador Severo Gomes ficará inscrito, na próxima convocação do Dr. Walter Rocha, para continuar o seu questionamento.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Creio que mais 5 minutos seriam suficientes, talvez 10 e assim livraríamos o Dr. Walter Rocha de uma nova peregrinação a Brasília.

Minha pergunta, Dr. Walter Rocha é com relação ao problema do risco ou do perigo de perda de controle acionário por parte da União, da Companhia Vale do Rio Doce.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Objeto a palavra perigo.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — V. S. Dr. Walter Rocha, produziu um documento, não me lembro mais se dirigido ao Presidente da Vale ou ao Ministro do Planejamento, em que denunciava o perigo da perda de controle da Vale do Rio Doce e apontava razões de segurança nacional que deviam ser consideradas com relação a esse problema que a maioria dos brasileiros entendia como muito sério, com relação ao nosso futuro.

Perguntaria a V. S. por que razão entendeu que havia razões de segurança nacional, e se havia razões de segurança nacional, é óbvio havia o perigo da perda de controle da Companhia Vale do Rio Doce por parte do Tesouro.

Antes da resposta de V. S., gostaria de lembrar aqui, a propósito, da exposição do Senador Roberto Campos, a respeito da avaliação patriótica que fazem alguns tecnocratas, que essa questão do mercado, ele é que será o mestre da nossa vida e nosso futuro, o exemplo que eu citei aqui no cruso da interrogação, o manganês da Serra do Navio mostra muito bem, não existia o mercado — pura e simplesmente um oligopólio internacional que fixava os preços de transferência, num período de grande desenvolvimento da economia internacional, da elevação dos preços de produtos siderúrgicos e tudo mais; o nosso manganês foi exportado pela metade do preço entre 64 e 74...

O SR. ROBERTO CAMPOS — Foram logrados russos, africanos do Sul...

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — A palavra está com o Senador Severo Gomes.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, eu só queria dizer, o manganês foi vendido ao preço do mercado internacional. Foram logrados junto com o Brasil por oligopólios a Rússia, a África do Sul, o Gabão e a Índia que eram os nossos competidores. Em nenhum momento o manganês brasileiro foi vendido abaixo do preço do mercado mundial.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Eu acho Senador Roberto Campos que quem foi logrado foi o Brasil. E digo por que...

O SR. ROBERTO CAMPOS — Foi a Rússia, foi o Gabão, foi a Índia, foi o mercado mundial.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Quem foi logrado foi o Brasil — e digo porque — porque em 1974, quando os preços estavam no seu nível mais baixo, e naquele tempo eu era Ministro da Indústria e do Comércio, chamei um diretor da empresa exportadora, e disse a ele que era tão vil o preço em que estávamos exportando, as receitas tão baixas, que iria tomar a iniciativa de propor que a SIDERBRÁS adquirisse o manganês, porque achava que o Brasil estava sendo roubado.

O SR. ROBERTO CAMPOS — V. Ex. está possuído do complexo da arca monazítica

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Três meses depois, o manganês saltou de 17 dólares a tonelada para 60 dólares a tonelada, para mostrar que não era o mercado, era o preço de transferência, diante de uma preocupação de que não pudesse mais ser perseguido daquela maneira. Então, esse mercado ele é sempre colocado, até, em muitos casos existe, mas no caso dos bens minerais, que era saber qual é o mercado que existe no preço do alumínio. Eles estão acertando-se lá fora, porque são algumas irmãs que tratam disso, e hoje vendendo mais barato o alumínio, porque nós estamos dando energia elétrica de graça. Então, toda essa argumentação coloca, realmente, a questão de que há pessoas que fazem avaliações impatrióticas.

Eu gostaria que o Dr. Walter pudesse responder.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Antes da resposta do Dr. Walter Rocha, eu queria informar à Comissão que nós teremos uma reunião de trabalho nesta sala, hoje, às 17 horas e 30 minutos, se o Congresso não tiver reunido. Às 17 horas e 30 minutos de hoje vamos ter uma reunião de trabalho na Comissão — solicito à Secretária para avisar a todos os Srs. Senadores.

Com a palavra o Dr. Walter Rocha.

O SR. WALTER ROCHA — O documento a que V. Ex. se referiu foi uma carta, um memorando, que eu encaminhei ao Presidente da Companhia, apenas com cópia para os meus companheiros vice-Presidentes, com relação a essa questão de privatização — chamemos assim. E eu faria dois comentários: o lado objetivo, aquele que cada um tem um pouco mais de grau de controle; o lado objetivo dessa carta, desse documento, foi em função de um telex que eu vim receber naquela ocasião do Sr. Presidente, e que é mencionado nesse meu documento, referência telex nº 647, de 8 de agosto de 1983; a minha correspondência é de 11 de agosto, quer dizer, tinha acabado de chegar, onde, o telex, substancialmente telex de uma página, em que a metade do telex comenta que — e dá uma opinião muito clara de que não há nenhum interesse em que se perca o controle acionário, o Presidente é muito enfático. Na segunda parte do telex se comenta que — que estaria em estudos — é o telex do Presidente — uma negociação com o BNDES no sentido de que os empréstimos da Vale junto ao Banco fossem convertidos em ações para melhorar a relação de débito — IEF da Companhia. E, aí eu gostaria de me reportar um pouco à atmosfera. Naquele momento havia uma atmosfera de muita preocupação, havia divergência de opiniões na mesa, era uma (atmosfera com opiniões divergentes) bem presente. E a mim me pareceu de pronto, que, no momento em que a empresa, em 1983, não tinha nenhum problema financeiro crítico — a sua situação de um modo

geral eu acho que era satisfatória — não haveria por que se melhorar o índice financeiro, quando já existia tanta controvérsia sobre esse negócio de ação, que era muito mais prudente que não se enveredasse por esse caminho. Eu tinha também a preocupação, que não registrei aqui, de que amanhã, quem sabe, se isso fosse convertido em ação, qual seria o grau de controle que tem, se essas ações não vão também ser lançadas na praça para fazer caixa para o banco? Acho que isso foi em agosto de 1983, e esse telex que o Dr. Triches menciona, essa preocupação que a Presidência teve, foi um ano depois. Portanto, esse sobressalto — digamos, entre aspas — que tive, de certa maneira não foi tão irrealista assim. Os fatos posteriores vieram necessitar que não só se convertesse empréstimo em ação, mas até se garantisse que as ações que estivessem ficassem todas sob um controle único.

Então, esse é o lado objetivo; o lado não objetivo foi esse negócio de Conselho de Segurança Nacional, com todo o devido apreço às organizações do Governo, pela minha formação profissional — trabalhei 70%, mesmo contando o tempo da Vale, no Governo — então, para mim, uma matéria como essa é remotamente de Segurança Nacional. Acho que é uma matéria para ser discutida.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Menos que o feijão?

O SR. WALTER ROCHA — É, mas eu estava com o lado, digamos assim, inconsciente presente — e agora consigo identificar. Há 3 meses, eu tinha participado ativamente de uma matéria que me dizia respeito explicitamente, que foi objeto de muito debate e de muita opinião divergente dentro da empresa: o problema de paralisação ou não do projeto ALUNORTE. Havia opiniões muito divergentes na mesa. A opinião da direção superior era de que face ao excesso de oferta e ao baixo preço vigente e a disponibilidade da alumina no mercado internacional, era muito mais prudente e muito mais correta empresarialmente; que se tomasse uma medida impopular, coerente, vai lá e pára a ALUNORTE. A minha opinião e a opinião da área da Diretoria da Vale, que estava envolvida no assunto alumínio, eu, no Conselho, estava envolvido no assunto alumínio em matéria de pólice, mas havia diretores da Vale que estavam envolvidos no alumínio na área executiva, a opinião deles também era essa. Eu achava de outra forma. O meu ponto de vista era o seguinte: havia uma fileira de compromissos internacionais que não apenas tinham suas conotações de obrigações, mas também tinha a sua justificativa. A Vale tinha entrada em um ciclo inteiro de bauxita, de alumina e de alumínio, então, ela precisava ir paulatinamente se integrando.

Nós vimos ali no vizinho do lado, na ALCOA, que ela também pensava exatamente a mesma coisa, ela estava querendo abrir uma mina vizinha da nossa, na Mineração Rio do Norte e estava com uma planta de alumina em construção, e uma planta de alumínio também. Então, por que razão nós íamos parar? Eu achava aquilo um absurdo. Houve divergências muito profundas.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Pediria ao Dr. Walter Rocha que encerrasse em dois minutos.

O SR. WALTER ROCHA — Muito bem. Essa matéria foi encaminhada ao Conselho de Segurança Nacional. Recebi uma carta, endereçada ao Presidente da Companhia, oficialmente, do Secretário do Conselho de Segurança Nacional, dizendo que aquela matéria tinha sido apreciada no Conselho e que o Conselho, embora levando em conta as razões assim e assado, determinava expressamente que a Vale deveria prosseguir as obras da ALUNORTE em ritmo menor. Então, foi por isso que apareceu o Conselho de Segurança na minha cabeça. Eu tinha todas as boas razões para colocá-lo no circuito.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Agradecendo ao Dr. Walter Rocha pelo seu depoimento e pela maneira clara como o fez, os seus pontos de vista e as suas respostas, declaro encerrada a reunião.